

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM  
HISTÓRIA PESQUISA E VIVENCIA DE ENSINO APRENDIZAGEM**

**PPGH**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA

***NA LINHA DA UMBANDA: DOCUMENTÁRIO COMO PROPOSTA DIDÁTICA  
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA***

**VIVIANE BILHALBA CRUZ**

**RIO GRANDE  
2018**

### Ficha catalográfica

C957I Cruz, Viviane Bilhalba.  
Na linha da Umbanda: documentário como proposta didática para  
o ensino de História / Viviane Bilhalba Cruz. – 2018.  
75f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –  
FURG, Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RS,  
2018.

Orientador: Dr. Mauro Dillmann Tavares.

1. Documentário 2. Umbanda 3. Ensino de História  
I. Tavares, Mauro Dillmann II. Título.

CDU 299.6:94

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Viviane Bilhalba Cruz

***NA LINHA DA UMBANDA: DOCUMENTÁRIO COMO PROPOSTA DIDÁTICA  
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA***

Trabalho apresentado como requisito parcial/final para aprovação na prova de Defesa do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação do professor Dr. Mauro Dillmann Tavares.

Rio Grande  
2018

Viviane Bilhalba Cruz

***NA LINHA DA UMBANDA: DOCUMENTÁRIO COMO PROPOSTA DIDÁTICA  
PARA O ENSINO DE HISTÓRIA***

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande como requisito para a obtenção de **Mestre em História** do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional em História, pesquisa e vivências de ensino-aprendizagem, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob a orientação do professor Dr. Mauro Dillmann Tavares.

Aprovada em 11 de setembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Cristine Fortes Lia – UCS  
Membro da Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Carmem G. B. Schiavon – FURG  
Membro da Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares – FURG  
Orientador

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico à senhora Lair Pereira de Lima (Mãe Tita), pela acolhida e dedicação que teve para a realização desta Dissertação.*

## **Porque sou umbandista?**

Porque Exú me ensinou que se desejamos algo, temos que conquistar!

Porque a Pomba gira me ensinou que o melhor amor não é amarrado!

Porque os Baianos me ensinaram que a felicidade é uma permissão que temos que nos dar!

Porque os Marinheiros me ensinaram que mesmo que a vida balance, o naufrágio só acontece se não nos mantermos firmes!

Porque os Boiadeiros me ensinaram que só os verdadeiros amigos permanecem ao nosso lado!

Porque os Pretos(as) Velhos(as) me ensinaram que arrogância não nos leva a caminho nenhum que seja bom!

Porque os Ibejis me ensinaram que a fé é o único sentimento puro que existe!

Porque Pai Obaluaê/Omolu me ensinou que não existe sofrimento em recomeçar tudo outra vez!

Porque Ogum me ensinou que não se vence batalhas com guerra!

Porque Iansã me ensinou que se vencem as tempestades da vida com a cabeça erguida!

Porque Oxum me ensinou que o amor vale mais que o ouro!

Porque Xangô me ensinou a confiar na justiça divina e não na justiça errante!

Porque Iemanjá me ensinou a acolher as pessoas!

Porque Oxossi me ensinou a ser eficiente para realizar os sonhos!

Porque Nanã me ensinou que a paciência nos faz chegar mais rápido e com mais certeza em nossos objetivos!

Porque Oxalá me ensinou que para ser bom, não se precisa ser santo, mas que eu não faça nada que vá contra outra pessoa!

Porque Deus me ensinou que ele não tira nada de ninguém, nem mesmo se for para dar algo melhor!

Danni Elis de Iansã

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus (Oxalá) que ilumina meu caminho e de onde tiro forças todos os dias para seguir. Aos meus avôs Paulo e Maria (*in memorium*) que foram pai e mãe durante todo o tempo que estiveram nesse plano. E que com certeza zelam por mim, no outro plano. Agradeço aos meus familiares.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Drº Mauro Dillmann pelo carinho, dedicação e principalmente por me aguentar. Meu sincero agradecimento e respeito a ele, que Deus siga iluminando-o. Agradeço as professoras da banca pelas excelentes contribuições. Agradeço a Cleni e o Rafael, da Secretaria do Mestrado Profissional em História por estarem sempre dispostos a atender as minhas solicitações.

Agradeço ao meu amigo Rhenan Ferraz de Jesus (nosso futuro doutor) pela força e a persistência nas horas que mais precisei. De quando queria desistir e jogar tudo pra cima me fazer seguir. Aos amigos com carinho Lucas, Josiane, Suelen, Werner, Flávia, Cláudia Patrícia, Liliane, Naraline, Márcio, Dhienifer, Leila, Markinhos e a sua família (Rio Grande), Maria Fernanda e a Lara. A Gláucia que quando eu entrei no Mestrado vibrou mais que eu. Agradeço a Rafaela, por corrigir o Português da minha dissertação. A Ana Paula, Anderson Fetter, ao Anderson Flores pelo “quando é que você volta?”. A Bruna por me levar todas as quartas na rodoviária. Agradeço aquele que me esperava nas madrugadas quando descia em Rio Grande, meu carinho e admiração, por mostrar também que não importa quantas vezes caímos, que o importante é levantar e seguir.

Agradeço as minhas colegas da Escola Municipal Sérgio Augusto Bello Pereira e as colegas de minha escola atual: EMEI Menino Deus. Agradeço a todos os colegas da CAE/Instituto Federal e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço as pessoas que fazem parte do Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina, Ogum Beira-Mar pela acolhida. Aos motoristas da empresa Planalto e São João pelos mais de quinhentos quilômetros rodados incansavelmente. Ao Alisson que filmou o documentário.

Agradeço aos amigos que fiz nessa jornada da minha vida, em especial a Alessandra, Amanda, Érica, professora Rita Grecco, Rodrigo, Diego e Paulo. Agradeço a Sabrina pelo cursinho de *slides* (risada), pela amizade e companheirismo. Aos demais colegas de Mestrado pela nossa persistência.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AURFA</b>	Associação de Umbanda e Região Africana de Alegrete
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>FTU</b>	Faculdade de Teologia de Umbanda
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LDB</b>	Leis de Diretrizes e Bases
<b>MEC</b>	Ministério de Educação e Cultura
<b>NEABI</b>	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena
<b>PCNs</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>ULBRA</b>	Universidade Luterana do Brasil
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul



## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Descrição dos pontos essenciais que constam no documentário produzido, por cena, contexto e texto.....	57
--	----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escultura de Xangô Peregrino que visitava os terreiros.....	32
Figura 2 - Conselho Deliberativo de Terreiro de Alegrete.....	33
Figura 3 - Folder sobre o Dia da Umbanda.....	34
Figura 4 - Fachada do Templo.....	46
Figura 5 - Imagem do Congá, década de 1980.....	47
Figura 6 - Imagem do Congá, 2018.....	47
Figura 7 - Banners com Hino da Umbanda e Prece aos Pretos Velhos.....	48
Figura 8 - Transporte das pessoas até o Templo, década de 1980.....	55

## RESUMO

Esta dissertação traz uma reflexão a respeito da elaboração e do significado de um documentário sobre a Umbanda, religião de matriz afro-brasileira, como uma proposta didática para o Ensino de História. O principal objetivo foi a produção do documentário, apresentado como “produto” final do mestrado, e a apresentação do mesmo como possibilidade didática para ensinar e aprender História – com foco nos aspectos da cultura afro-brasileira – em diferentes contextos educativos. Em síntese, o documentário centra-se em um terreiro de Umbanda da cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, destacando aspectos da ritualística capazes de contribuir para a apreensão desta religiosidade como importante elemento de aprendizagem sobre a diversidade cultural e religiosa da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Documentário. Umbanda. Ensino de História.

## **RESUMEN**

Esta disertación trae una reflexión acerca de la elaboración y el significado de un documental sobre la Umbanda, religión de matriz afro-brasileña, como una propuesta didáctica para la Enseñanza de la Historia. El principal objetivo fue la producción del documental, presentado como "producto" final de la maestría, y la presentación del mismo como posibilidad didáctica para enseñar y aprender Historia - con foco en los aspectos de la cultura afro-brasileña - en diferentes contextos educativos. En síntesis, el documental se centra en un terrero de Umbanda de la ciudad de Alegrete, Rio Grande do Sul, destacando aspectos de la ritualística capaces de contribuir a la aprehensión de esta religiosidad como importante elemento de aprendizaje sobre la diversidad cultural y religiosa de la contemporaneidad.

**Palabras clave:** Documentario. Umbanda. Enseñanza de Historia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>MEMORIAL DESCRITIVO.....</b>	<b>18</b>
<b>1. A HISTÓRIA DA UMBANDA E A UMBANDA NA HISTÓRIA.....</b>	<b>21</b>
1.1. UMBANDA, RELIGIÃO BRASILEIRA.....	21
1.1.1. Umbanda e a sociedade brasileira.....	24
1.1.2. Umbanda no Estado do Rio Grande do Sul.....	30
1.1.3. Umbanda em Alegrete.....	31
<b>2. ENSINO DE HISTÓRIA E RELIGIOSIDADE UMBANDISTA.....</b>	<b>35</b>
2.1. O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA AFRICANA.....	35
2.2. O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIOSIDADES.....	38
2.2.1. O Ensino de História e o documentário sobre a religiosidade Umbandista.....	41
<b>3. DOCUMENTÁRIO SOBRE A UMBANDA EM UM TERREIRO EM ALEGRETE.....</b>	<b>44</b>
3.1. PESQUISA NO TEMPLO UMBANDISTA DE CARIDADE REINO DE OXUM, TIA MARIA CATARINA/OGUM BEIRA-MAR.....	44
3.2. HISTÓRIA DO TEMPLO UMBANDISTA DE CARIDADE REINO DE OXUM, TIA MARIA CATARINA/OGUM BEIRA-MAR.....	53
3.2.1. Funcionamento do terreiro.....	53
3.2.2. A dirigente do terreiro.....	54
3.2.3. Cenas do documentário.....	56
3.2.4. Principais personagens do documentário.....	56
3.2.5. Equipe, técnicas e equipamentos utilizados na gravação.....	56
3.2.6. Roteiro do documentário.....	56
3.2.7. Documentário: versão final.....	58
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

*“Abrindo a nossa gira  
Pedimos a proteção  
Ao nosso Pai oxalá  
Para cumprir  
a nossa missão”<sup>1</sup>*

Através desse ponto cantado, abrimos esse trabalho, pedindo a proteção de Oxalá, que nos guiou durante essa pesquisa, que apresenta um documentário intitulado *Na linha da Umbanda* feito no *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, em Alegrete, Rio Grande do Sul. A pesquisa neste terreiro, um dos mais atuantes junto às associações religiosas da cidade, nos trouxe reflexões sobre os significados sociais da religiosidade umbandista e a compreensão da sua ritualística, demonstrando, assim, que podemos contribuir para combater o preconceito e as manifestações de intolerância que ainda existem para com as religiões afro-brasileiras. O objetivo também está, principalmente, na possibilidade do documentário vir a ser útil no ensino de História.

*“Na linha da Umbanda: documentário como proposta didática para o ensino de História”* teve como objetivo propor a elaboração de um material didático para o ensino de História, através da criação de um documentário, que foi realizado em um terreiro de Umbanda, evidenciando as contribuições e implicações da Umbanda para o ensino de História. Assim, ao contar a história do terreiro, ao destacar suas ritualísticas e outros aspectos pertinentes, almejamos propor um incremento ao trabalho pedagógico dos professores de História, aprofundando mais a temática sobre a religiosidade em sala de aula, notoriamente, no ensino de História e proporcionando aos alunos um contato com a cultura afro-brasileira.<sup>2</sup> E também evidenciar a história do tempo presente,<sup>3</sup> que vem a ser “a presença ativa dos sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que possam oferecer seus relatos e narrativas como fontes históricas a serem analisadas por historiadores” (DELGADO; FERREIRA 2013, p. 24).

---

<sup>1</sup>Fonte: Fraternidade Socorrista Mãe Yemanjá e Baiano Zeferino. Disponível em: <http://www.maeyemanjaebaianozeferino.com.br/pontoscantados/aberturadetrabalho/paberturadetrabalho.htm>

<sup>2</sup>De acordo com Bakke (2008, p. 2) “as religiões afro-brasileiras, em especial o Candomblé e a Umbanda, figuram como uns dos aspectos culturais que têm sido mobilizados para a construção de uma identidade afro-brasileira singular”.

<sup>3</sup>Segundo Neto e Ramos (2014, p.18) quando citam a História do Tempo Presente na visão de dois historiadores franceses (Rousso e Hobsbawm) seria “aquela que corresponde ao tempo de vida do próprio historiador, isto é, ela ocorre quando o historiador escreve sobre um período que sua memória viva alcança.

Antes foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a religiosidade umbandista, com a busca de informações e diálogo com a historiografia para, assim, termos um suporte teórico sobre o tema que seria apresentado, pois segundo Minayo (2006, p. 63) “os sujeitos/objetos da investigação, primeiramente são construídos teoricamente, enquanto componentes do objeto de estudo”. E a autora também enfatiza que para ocorrer uma pesquisa de campo vai depender da fase exploratória, ou seja, “depende da clareza da questão colocada, do levantamento bibliográfico bem feito [...]” (MINAYO, 2010, p. 63). Para Ribeiro (2013, p. 5) “a pesquisa histórica lida com diversos tipos de fontes em suportes variados precisa levar em conta as especificidades do trabalho com esses materiais”. O domínio de técnicas e linguagens aplicáveis, que foi o que se pretendeu realizar no primeiro capítulo, quando a Umbanda é enfatizada.

Sendo assim, o documentário sobre a religiosidade umbandista e o ensino de História ganhou vida, em cada cena que foi proposta, para isso foram definidos seus objetivos, desde a preparação até a saída para a pesquisa. Segundo Ramos (2008, apud DIAS, 2009, p. 2-3), “um documentário versa a respeito de fatos históricos efetivamente localizáveis na linha do tempo da história”. O autor enfatiza que ao contrário da ficção, o documentário estabelece asserções ou proposições sobre o mundo histórico.

O documentário, então conseguiu evidenciar algumas contribuições e implicações da Umbanda para o ensino de História. Desta forma encara-se a problemática do por que produzir um documentário sobre a religiosidade umbandista seria importante para o ensino de História. Afinal, como destacaram os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), já nos anos 1990, “espera-se que o discente seja capaz de identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços” (BRASIL, 1997, p. 43).

Como salienta Ribeiro (2013, p. 4) “é na ação educadora entre professores e alunos que surgem as questões, os problemas, as formas mais adequadas de lidar com o material de estudo e as iniciativas de trabalho”. O documentário procurou uma aproximação com a realidade de uma comunidade umbandista sendo que para Ribeiro (2013, p. 5) “a educação compreende dois pontos indissociáveis. De um lado, ela se faz pela transmissão do saber, que se constitui de conteúdos considerados socialmente relevantes, e chegam ao estudante “de fora para dentro”. E nessa transmissão relevante de conteúdos, o documentário sobre a religiosidade umbandista viria ao encontro de Zabarto (2012, p. 5) quando diz que “na essência, todas as religiões têm o mesmo propósito: religar o que se sente está desligado (*religare*, do latim, o significado de religião). Assim, segundo essa mesma autora, abordar a

Umbanda e outras manifestações religiosas, em sala de aula seria “vislumbrar-se conceitos e concepções histórico-culturais que demarcam os lugares de onde os sujeitos narram suas memórias e experiências” (ZABARTO, 2012, p. 5).

A realização do documentário no *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, partiu de uma pesquisa qualitativa, com um estudo de campo e a coleta de informações sobre o funcionamento do terreiro e assuntos relacionados com a religiosidade ali professada, através da observação participante. A propósito da observação participante, Minayo (2002, p.70) a encara “como processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. Para que o estudo de campo acontecesse buscou-se conhecer o lugar, participando de algumas sessões de Umbanda e também visitando em outras ocasiões, para verificarmos o funcionamento do terreiro.

Nas conversas com as pessoas do local (médiums e participantes da comunidade em geral) tentamos uma maior familiarização, que vem ao encontro de Gerhardt e Silveira (2009, p. 101) quando salientam: “a observação participante é a inserção prolongada do pesquisador em um meio de vida e trabalho”. É “nesses momentos que eles dirão coisas importantes e que poderemos vê-los ou ouvi-los, questionando-os diretamente sobre o objeto que nos interessa” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 102). Assim, conforme essas mesmas autoras, a observação participante tem como objetivo buscar informações sobre uma comunidade ou grupo social pesquisado. Acompanhar os indivíduos que estão no processo, não apenas em um dia, mas em vários momentos para ter informações importantes para o objetivo da pesquisa. O pesquisador quase sempre desconhece sua própria imagem junto ao grupo pesquisado. Seus passos durante o trabalho de campo são conhecidos e muitas vezes controlados por membros da população local (VALLADARES, 2007).

Chizzotti (1995, apud PIANA, 2009, p. 168) enfatiza que “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Com esta abordagem qualitativa, o documentário ficou mais significativo, pois segundo Melo (2002, p. 25) este “procura manter uma relação de grande proximidade com a realidade, respeitando um determinado conjunto de convenções: registro *in loco*, não direção de atores, uso de cenários naturais, imagens de arquivo, etc.”.

A pesquisa, então teve duas etapas básicas: as observações e a entrevista. Segundo Minayo (2006, p. 63) enquanto a primeira é feita de tudo aquilo que não é dito, mas pode ser



visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores.

Foram feitas observações nas sessões e as cenas que deram vida a este documentário foram intercaladas entre a fala da dirigente e a comunidade que frequenta o local. Nas gravações foram retratadas a ritualística e a prática religiosa que é desenvolvida no terreiro. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com a dirigente do terreiro. Para Minayo (2010, p. 64), “a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer ao tema”. Esta entrevista serviu de base, para montarmos as cenas do documentário. Como Minayo (2006, p. 64) expõe “a entrevista tomada no sentido de comunicação verbal, e no sentido restrito de coletas de informações sobre determinado tema científico é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo”.

A autora ainda coloca o pesquisador como sendo testemunha e ao mesmo tempo coautor. Com as observações foi possível elaborar melhor a entrevista que foi feita com o dirigente do terreiro, verificando algumas informações sobre a cultura religiosa e a prática de funcionamento do local. Com essas informações foram fornecidas para “a história e às ciências sociais matéria-prima para fundamentação de conhecimentos e também de identidades coletivas ou individuais” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 27)

A dirigente do local fora escolhida devido à sua história de vida, sua ligação com a religiosidade umbandista e a ajuda que presta à comunidade local. Durante a entrevista, a mesma salientou questões relacionadas ao histórico do terreiro, quantidade de médiuns/as, ervas utilizadas, principais festas, envolvimento da comunidade, localização geográfica, preconceito étnico-racial, etc.. A entrevista, na sua totalidade, não está apresentada no documentário. Procuramos salientar os aspectos pertinentes a este trabalho, de modo que se possa conhecer o que acontece em um terreiro durante um ritual umbandista, e assim, esclarecer e construir conhecimento sobre as vivências religiosas de matriz afro-brasileira.

Com isso, a análise de dados ocorreu através de um acompanhamento de todos os momentos de interação no terreiro, tanto entre os médiuns como entre a assistência (pessoas que vêm ao terreiro buscar atendimento), na tentativa de registrar os acontecimentos que foram ocorrendo durante as sessões. Durante a coleta de dados, a fala da dirigente do terreiro contribuiu muito, bem como a própria estrutura do terreiro. Segundo, Minayo (2016, p. 75) “uma pesquisa não pode se restringir à utilização de instrumentos apurados de coleta de informações”, durante a pesquisa ocorreu reformulações de hipóteses e segundo a autora

quando isso acontece “exercitamos nossa capacidade de análise que nos acompanha em todas as fases”.

Por se tratar de um tema que apresentou certa complexidade no que diz respeito a alguns aspectos da relação entre a experiência religiosa e o universo social, político e religioso, optamos por dividir este texto em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos item como “A Umbanda: religião brasileira”, “Umbanda e a sociedade brasileira”, “Umbanda no Rio Grande do Sul”, “Umbanda em Alegrete”, na tentativa de não apenas aprofundar o tema, mas de contextualizar a análise do documentário. No segundo capítulo houve a exploração da relação entre o ensino de História e a religiosidade umbandista, destacando ainda o Ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana e as possíveis contribuições do estudo da religiosidade umbandista no ensino de História. O terceiro capítulo enfatiza o documentário em si e o *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, destacando alguns aspectos metodológicos da elaboração do “produto”.<sup>4</sup>

Por fim, precisamos destacar que o estudo e a aprendizagem de elementos da religiosidade umbandista vão ao encontro da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na busca de evitar a discriminação religiosa e na procura de valorizar a cultura afro-brasileira. Em nenhum momento durante este trabalho tentamos colocar a Umbanda como sendo o melhor caminho ou a melhor das religiões de matriz africana, tentamos apenas demonstrar, nos capítulos que seguem que podemos incluí-la no contexto educacional.

---

<sup>4</sup> Uma cópia deste documentário ficará no NEABI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Alegrete no intuito de facilitar (possível) o acesso dos docentes de História ao mesmo, já que nossa intenção também está relacionada à utilidade deste documentário nas atividades pedagógicas de História como material didático para o ensino de História. Esta instituição atende alunos em diversas modalidades de ensino, entre elas estão curso técnicos integrados ao Ensino Médio e cursos Superiores. Sendo que poderá ser expandida para todos que tiverem interesse ao tema de estudo.

## MEMORIAL DESCRITIVO

Meu interesse em realizar um documentário para servir de suporte para os professores de História, sobre a religião umbandista advém de minha impressão de que muito pouco se fala desta religião quando se pensa a cultura brasileira. E considerando que a Umbanda está presente na mesa do brasileiro através de pratos típicos e consumidos por várias pessoas sem ao menos saberem que fazem parte da religião umbandista, que os professores de História pouco falam sobre essa religião em suas aulas e colocam sempre ênfase somente na discriminação e no preconceito, penso ser interessante desenvolver esse projeto para dar outra visão sobre o significado da Umbanda, em vista que fui catequista durante dez anos e existe um olhar bem distorcido sobre o que seja essa religião. Lembro que na oitava série (atual nono ano), em 1994, a professora de História pediu um trabalho sobre as grandes religiões mundiais e meu grupo ficou com a Umbanda. A polêmica em sala foi muito grande. Creio que um pouco seja de curiosa que novamente volte a esse tema, como é realizado o trabalho dentro de um terreiro de Umbanda e suas contribuições culturais e sociais. E isso também tornará interessante minha trajetória como professora.

Sou professora há 12 anos. Tenho 37 anos. Conclui o segundo grau com 17 anos e iniciei a faculdade de Pedagogia, pela Universidade da Região da Campanha, na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, onde resido. Faltando um ano para acabar, meu pai ficou desempregado e tive que abandonar os estudos. Mesmo trabalhando, o dinheiro não daria para pagar a faculdade. Ingressei no Curso Normal, modalidade de dois anos, para quem já tinha segundo grau. Fui para o Curso Normal, jamais imaginava ser professora, não queria como dizem no dito popular: *“domar burro para os outros!”*. No momento do estágio foi pior ainda, nada dava certo, nada funcionava, mas como Deus coloca anjos em nossas vidas que nos ajudam a prosseguir, continuei. Ao final do estágio notei que eu gostava do que estava fazendo. Eram pessoas diferentes e eu poderia ao menos acrescentar na vida delas nem que fosse uma palavra, um gesto de carinho e que algo levaria para suas vidas. Conclui em 2002 e no mesmo ano abriu concurso para Prefeitura do Alegrete.

Então e em 2004 fui nomeada para a Escola de Educação Infantil Nossa Senhora das Graças, no bairro Vila Piola. Tinha vinte horas na Educação Infantil e vinte horas como professora do CRICA (Centro de Referência Integrado da Criança e do Adolescente), que atendia alunos do primeiro ano ao sexto ano, de outros três bairros, que eram vizinhos da escola. Nesse projeto, os alunos tinham aula, em turno inverso e durante a tarde ficavam nesse espaço recebendo reforço escolar em todas as áreas do conhecimento, recreação e oficinas de

pinturas, bordados e bonecas. Durante dois anos ministrei aula no projeto, bem como as oficinas. O que veio a acrescentar em minha formação de trabalhar com turma multiseriada.

O projeto acabou e fui para a quarta série, atual quinto ano, de outra escola do bairro, onde era professora de todas as matérias. Nesse período comecei minha faculdade, novamente, agora com certeza iria concluí-la, na Universidade Luterana do Brasil/ULBRA. As aulas eram à distância e um dia na semana íamos para a sala de aula. Era uma correria, às vezes chegava exausta em sala de aula, mas continuei firme e confiante. Na ULBRA, a avaliação final do curso é um artigo, em dupla. Achamos interessante o tema sobre o brincar na Educação Infantil e nas Séries Iniciais. Nosso artigo era escrito, nos finais de semana e repassávamos por e-mail. Apresentamos para a banca com a maior tranquilidade. Acabei a graduação, formação: PEDAGOGIA.

Após esse ano, como professora da quarta série, o CRICA reabriu em outro lugar do bairro, agora dividido em vários ambientes, dentro de um espaço. Fui chamada para trabalhar, novamente neste, onde não demorou e fechou novamente. Fui enviada para quarta série, em outro bairro da cidade, de agosto a novembro, no lugar da professora da turma. Para minha constituição como pedagoga, creio que cada experiência é única. Trabalhar nessa escola, com a quarta série, que eu tinha, proporcionou um saber além dos livros, tanto no contexto pedagógico como pessoal, pois a comunidade não aceitava o novo. A adaptação aos alunos foi tranquila, mas com as famílias foi bem complicada, pois a professora que estava no lugar havia sido de várias gerações dentro do bairro. Inúmeras vezes surgiram questionamentos da parte dos pais sobre a metodologia, por não ser “tradicional”. Mesmo com essa dificuldade foi bem interessante trabalhar com esta turma e notar que na vida de um professor existem momentos difíceis.

O objetivo agora era “correr” atrás da Pós-Graduação, então, participando de um Seminário Latino-Americano de Educação, em Alegrete haveria um sorteio, os trinta primeiros, que chegassem à tarde seriam inscritos na Pós-Graduação em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, em Porto Alegre. Tínhamos encontros de quinze em quinze dias, em locais a combinar, na cidade de Alegrete. As atividades eram *online* e uma avaliação era presencial. A Pós exigia mais que a graduação, mas quem quer estudar vai à luta. Na Pós-Graduação diferente da Graduação, era monografia, noites sem dormir pensando na apresentação para a banca.

Concluída a Pós-graduação, em Mídias da Educação surgiu outra Pós-graduação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Comecei LIBRAS, mas começou a ficar pesada a carga horária, por ser no sábado e no domingo, então abandonei. Isso foi em 2012, quando

estava na Escola Municipal de Educação Básica Lions Clube e tinha uma aluna com deficiência auditiva. Nesse ano fui nomeada, no concurso para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Alegrete, para Assistente de Alunos, o concurso era para quarenta horas. Abandonar a sala de aula? Não. Ao chegar, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, meu horário seria à noite e não precisaria abandonar a sala de aula. Trabalhei durante um ano, saía correndo da escola para conseguir tomar o ônibus, mas valeu à pena. Hoje, já consigo conciliar: manhã (escola pela prefeitura), tarde e noite (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha). Trabalhando no Instituto Federal Farroupilha fui convidada a participar do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), isso intensificou minha vontade de participar da seleção para o Mestrado Profissional em História, com o tema que propus, visto que esse servirá para futuros trabalhos, no próprio grupo, do qual faço parte e com isso criar a consciência que podemos tratar em sala de aula diferentes assuntos.

Em janeiro de 2016 fiz a seleção e não fui classificada. Houve novamente a seleção e nem acreditei que estava classificada para a segunda parte. Aqui estamos!

Hoje, tenho uma jornada de sessenta horas de trabalho e faço dezoito de horas de viagem entre e ida e volta a Rio Grande para o Mestrado Profissional em História. É uma experiência nova e prazerosa, que além de trazer conhecimento, me proporcionou conhecer pessoas maravilhosas, que se são mais que simples colegas: amigos. Espero ao término desse conseguir sanar meu problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos e com a esperança, que sirva de base para os professores de História, ou quem sabe até de outras áreas, incluírem em suas aulas e em suas reflexões sobre a cultura afro-brasileira, os significados da religião Umbanda e suas possibilidades pedagógicas.

## 1. A HISTÓRIA DA UMBANDA E A UMBANDA NA HISTÓRIA

Neste capítulo temos como objetivo abordar algumas questões referentes ao histórico da Umbanda, as transformações das vivências religiosas no século XX na sociedade brasileira, enfatizando especialmente a Umbanda no Rio Grande do Sul e na cidade do Alegrete, onde foi gravado o documentário.

### 1.1. A UMBANDA, RELIGIÃO BRASILEIRA

É comum a afirmação de que a Umbanda recebeu contribuições das tradições indígena, portuguesa e africana. Malandrino (2009, p. 29) diz que “dentre essas tradições podemos citar as culturas africanas, o catolicismo popular, o kardecismo, as tradições indígenas e as linhas orientais, que contribuíram para uma de suas características mais marcantes, o sincretismo religioso”. Mas em relação a como nasceu a religião umbandista na sociedade brasileira, nos deparamos com questão levantada por Giumbelli (2002, apud ROHDE, 2009, p. 78) “um tema central nas discussões a respeito da Umbanda sempre foi à questão das origens da religião, o “problema do surgimento”, que mobilizou e mobiliza diversas opiniões entre os adeptos e os estudiosos”. Rohde (2009, p. 78) enfatiza que “alguns autores acadêmicos se referem à Umbanda como sendo o resultado de uma síntese transformadora, algo novo que se diferencia de todas as vertentes que contribuíram com aspectos culturais em sua formação”.

A manifestação de espíritos de negros e de índios, tão comuns na Umbanda, já ocorria espontaneamente nos rituais da macumba desde meados do século XVIII. Longe de ser um culto organizado, a macumba era um agregado de elementos da cabula bantu, do candomblé jeje-nagô, das tradições indígenas e do catolicismo popular, sem o suporte de uma doutrina capaz de integrar os diversos pedaços que lhe davam forma. É desse conjunto heterogêneo, acrescida de elementos egressos do kardecismo, que nascerá a nova religião (OLIVEIRA, 2009, p. 63).

Segundo Oliveira (2009, p. 64) “a Umbanda seria uma mistura de lenda e realidade e sua “anunciação” sofre algumas variações de narrador para narrador, mas a estrutura básica se mantém inalterada”. Isso nos remete a Zélio Fernandino de Moraes, um jovem que se preparava para a carreira militar e que viveu entre o século XIX e XX. De uma família católica de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Zélio sofreu uma paralisia, aos dezessete anos e

inexplicavelmente teria sido curado. Sua família, mesmo sendo católica, não teria medido esforços para ajudá-lo. Assim, para Marini (2010), a família havia procurado em outras religiões a cura para seu filho:

Até este ponto, percebemos, na trajetória da família de Zélio, um ar histórico de “peregrinação” em busca da cura para o jovem. Mesmo a família sendo de tradição Católica, isso não foi um empecilho para buscar respostas em outros meios, o que nos faz pensar que mediante a angústia de ver um parente sofrer, a vaidade e o orgulho pessoal são o que menos importa. Percebe-se, também, nessa peregrinação, um trajeto por todos os elementos formadores do ritual umbandista, como o catolicismo, os rituais curativos populares e o espiritismo (MARINI, 2010, p. 19).

Zélio Fernandino de Moraes, então, teria sido encaminhado, por sugestão de um amigo do pai dele, para a Federação Espírita de Niterói, no dia 15 de novembro de 1908, onde manifestou a presença de um espírito. Os demais membros também manifestaram a presença de espíritos de caboclos, negros e índios. Os dirigentes do lugar pediram para tais espíritos retirarem-se, pois eram encarados como espíritos com “atraso espiritual”. Acredita-se que houve uma tentativa de doutrinação de tais espíritos, mas sem sucesso (OLIVEIRA, 2009, p. 64). Zélio, então, anunciaria através do Caboclo das Sete Encruzilhadas, uma nova religião (OLIVEIRA, 2009, p. 64). O autor enfatiza que não se pode ter certeza que Zélio Fernandino de Moraes, tenha criado uma nova religião, pois os dados referentes ao evento, não puderam ser confirmados. Trata-se, então, de um “mito” de origem e fundação da Umbanda, como bem destacou o historiador Artur César Isaia em seus trabalhos.

Segundo Rohde (2009, p. 79) é também esse contexto que dá origem ao que se tem chamado (entre os escritores acadêmicos) de mito de *fundação da religião*, ou então de anunciação da Umbanda (entre os adeptos), datado de 15 de novembro de 1908.<sup>5</sup> Oliveira (2009, p. 65) quando cita Trindade (1991, p. 69), diz que segundo o mito, o Caboclo das Sete Encruzilhadas havia orientado seu médium para a abertura de outras tendas com a finalidade de propagar a nova religião. Desta forma, para Malandrino (2009, p.30) “a Umbanda deve ser entendida como uma síntese, isto é, a superação das contradições advindas de várias tradições religiosas através de um processo contínuo, que se faz de maneira lenta e gradual”. Sá Junior (2004, p. 13) complementa que o dia e o mês do nascimento da Umbanda fora o mesmo da Proclamação da República no Brasil e salienta que “a um historiador, o dia e o mês citados

---

<sup>5</sup> Rohde (2009, p. 79) enfatiza que “Tal mito já foi narrado ou mencionado inúmeras vezes nos mais diversos contextos, como livros de umbandistas e estudiosos da religião (duas categorias que obviamente podem se sobrepor), revistas umbandistas, sites diversos e apostilas formuladas por terreiros e federações”.

não podem passar incólumes”, pois, “estes representam o surgimento das nações modernas, das invenções e da República Brasileira”.

De fato, as primeiras décadas do século XX se constituem numa época marcada por profundas mudanças socioeconômicas, por um processo de contestação política e pelo despertar de um nacionalismo que valorizava o povo brasileiro. Não foi por acaso que os intelectuais umbandistas empenharam-se na construção de uma identidade tipicamente nacional para a religião, que – como diria outro intelectual umbandista – “é a soma do que há de melhor nas três raças” (OLIVEIRA, 2007, p. 57).

A Umbanda, então, “aparece como uma religião nacional que se opõe às religiões de importação. O que se vê não é mais um sincretismo afro-brasileiro, mas uma síntese brasileira, uma religião endógena” (MALANDRINO 2007, p. 12). Artur Isaia (1999, p. 106) argumenta que a Umbanda trazida pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas estaria segundo algumas interpretações, totalmente inserida “no curso evolutivo da humanidade e no progresso revelado no País, a qual revela uma mensagem compatível com o modo de vida de pessoas educadas, letradas e urbanas”. Com isso, a Umbanda pode ser entendida “como uma síntese, isto é, a superação das contradições advindas de várias tradições religiosas através de um processo contínuo, que se faz de maneira lenta e gradual” (MALANDRINO, 2007, p. 13). Por isso, a autora ainda enfatiza que a Umbanda é vista como uma religião tipicamente brasileira, que possui práticas religiosas dos bantos africanos, introduzidos no Brasil com os escravos, combinadas com práticas religiosas de outros grupos africanos, em especial os iorubás; práticas religiosas do catolicismo, em especial o popular, introduzidas pelos portugueses; práticas de espiritismo kardecista trazidas por imigrantes europeus; práticas religiosas indígenas fornecidas pelos índios, nativos do país; e ainda, influências orientais, tais como budismo, hinduísmo e xintoísmo.

Com isso, Ortiz (1976, p. 1) enfatiza que “a Umbanda não é uma religião negra e se opõe ao Candomblé que mantém viva a memória coletiva africana no seio dos cultos religiosos”. O autor considera que esta religião é fruto do “embranquecimento” da cultura negra<sup>6</sup> e da ideologia do Espiritismo e que seria uma síntese do pensamento religioso de índios, brancos e negros. A conclusão apontada pela historiadora Fabíola de Souza (2014, p. 159) seria que a Umbanda, nascida ou anunciada em um período de imensas transformações

---

<sup>6</sup> Ortiz (1976) menciona sobre o “Embranquecimento” da cultura negra. Para esse autor, o negro, submetido ao regime de escravidão, não pode ascender socialmente dentro dos padrões moldados por uma cultura branca, sendo assim, sua ascensão se faria através do embranquecimento de sua cultura (recusa de participar da herança africana) e de sua raça (valorização da mestiçagem).



sociais, econômicas e políticas buscaram a sua legitimação através de construções, reconstruções e desconstruções de memórias das práticas de outras religiões.

### 1.1.1. Umbanda e a sociedade brasileira

*“Estava durmindo  
Cambina me chamou  
Acorda meu nego  
cativeiro acabou”<sup>7</sup>*

A abolição da escravatura da década de 1888 colocou o negro em um novo patamar frente à sociedade brasileira, no início não muito positivo. Malandrino (2009, p. 3) salienta que “a abolição da escravidão foi vivenciada como um movimento popular, ou, mais do que isso, como uma conquista dos libertos, que trazia no seu bojo uma expectativa de melhora”. É perceptível que essa questão se reflete até os dias atuais em nossa sociedade.

Para contextualizar um exemplo disso, com o êxodo rural do século XIX ao começo do XX, uma boa parte dos negros instalou-se na região sudeste do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e a maioria nas periferias e trouxeram consigo suas manifestações religiosas, no caso o Candomblé.<sup>8</sup> E já possuindo uma religião de matriz africana, agregaram elementos da religiosidade popular carioca, fundando assim a Umbanda. Essa é outra narrativa possível para explicar a fundação da Umbanda, ou seja, essa religião teria sido inaugurada especialmente pelos negros, como um instrumento de defesa contra uma classe dominante, que monopolizava a política e a economia do país.

A religião servia de suporte espiritual para aqueles que nada tinham e lutavam para conquistar seu espaço (MALANDRINO, 2008, p. 1). Para Artur Isaia (ISAIA, 1999, p. 104), “o surgimento da Umbanda, a abolição da escravatura e Proclamação da República seria compreendida com a difusão do Espiritismo Kardecista no Brasil”. O autor também expõe que “os intelectuais espíritas faziam questão de relacionar a difusão do Espiritismo no Brasil, com as conquistas pós-revolucionárias” (ISAIA, 1999, p. 104). Salienta ainda que “a nova religião era apresentada como totalmente inserida em um modo de vida urbano e civilizado”.

---

<sup>7</sup> Pontos de Umbanda. Disponível em: <<http://www.pontosdeumbanda.com.br/pretosvelhos/ponto-de-preto-velho-estava-durmindo-cambina-me-chamou.html>>. Acesso em: 11/12/2016.

<sup>8</sup> O termo candomblé tem origem banta, tendo como raiz o quimbundo kiamdombo ou quicongo, ambos significando “negro”, tornaram-se sinônimo e referência genérica de diferentes expressões de religiosidade de matriz africana, exceção feita à Umbanda cuja origem intensamente sincrética a situa em outra categoria de estudo e observação. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/candomble-origem-significado-e-funcionamento/>>. Acesso em: 11/12/2016.

Por isso, na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, os umbandistas ganhavam força para seguirem sua religião. Zélio Fernandino de Moraes e alguns líderes umbandistas usaram do argumento de que a Umbanda representava a nacionalidade dos negros, brancos e índios. Mesmo com esse argumento, em 1937, fora criada Seção de Tóxicos e Mistificações, na 1ª Delegacia Auxiliar da chefatura de polícia do Distrito Federal, que investigava e prendia todo charlatão que praticasse medicina ilegalmente (OLIVEIRA, 2007, p. 119). Sá Júnior (2004, p. 44) enfatiza que “nesse combate, discursos médicos, policiais e da justiça, engrossaram o coro que condenava as práticas de curandeirismo, magia e feitiçaria dos terreiros de macumba umbanda”.

A Umbanda, então, seria um alvo fácil e para isso não acontecer deveria trabalhar como sociedade beneficente, as quais foram alicerçadas pelas casas espíritas para poderem funcionar. Com isso, uma das Tendias de Zélio Fernandino de Moraes, Nossa Senhora da Piedade, foi registrada como sendo beneficente, divulgando a doutrina espírita e não seria citada em nenhum momento sua prática umbandista, o que garantiria certa segurança para seus frequentadores. Somente com a constituição de 1937, a prática do espiritismo não seria mais crime contra a saúde pública (MARINI, 2010, p. 26).

Preocupados em agir dentro da lei, os líderes do Movimento Umbandista enviaram um memorial ao Departamento Federal de Segurança Pública, explicando detalhadamente a doutrina, o ritual, as atividades mediúnicas dos adeptos da nova religião e, também, uma minuta dos estatutos que orientariam as atividades associativas da União Espiritualista Umbanda do Brasil. Tudo isso para obter um parecer oficial das autoridades constituídas favorável as atividades da Umbanda e de sua instituição reguladora (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

O autor citado acima, ainda explica que no Rio de Janeiro, em 1939, fundou-se a Federação Espírita de Umbanda do Brasil. As federações, então serviriam de base para fazer com que nada acontecesse com os adeptos das religiões teriam seus estatutos e seu registro em cartório, que impediria de qualquer ato de discriminação e preconceito contra as mesmas. Estas ficaram responsáveis pela organização e seus cultos deveriam ser homogêneos em todos os estados. “A institucionalização da umbanda, a partir da criação de federações, foi um reflexo do processo de mudança pela qual passava a sociedade brasileira”. Segundo Juruá (2013, p. 56) a Federação Espírita de Umbanda tinha como “objetivo primordial servir de interlocutor entre os Templos filiados, o Estado e a sociedade”.

O historiador Bolívar Marini (MARINI, 2010, p. 26) também enfatiza que politicamente para Vargas, a Umbanda exerceria papel de ser a verdadeira religião brasileira, que tinha intuito de representar as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que incluía

diferentes cultos dentro de sua cultura além de seu simbolismo. Com isso a propaganda de um governo que enfatiza o novo e propõe mudança seria repassado para as comunidades umbandistas, na defesa dos ideais da classe.

No governo Vargas, em 1931, na cidade de São Paulo segundo Domingues (2010, p. 105) criou-se a Frente Negra Brasileira (FNB), que tinha como objetivo incluir o negro no mercado de trabalho, uma vez que os imigrantes eram os preferidos. Os negros ficavam como marginalizados e desempregados. Foram criados grupos teatrais, bibliotecas e a imprensa negra para tentar tirá-los dessa situação perante a sociedade brasileira. Mas, em 1938, aconteceu novamente a repressão contra os negros e foi proibida qualquer forma de manifestação, principalmente, a imprensa.

Em 19 de outubro de 1941, realizou-se o I Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda,<sup>9</sup> cuja finalidade visava a uniformizar as práticas espíritas e codificar os princípios básicos (JURUÁ, 2013, p.43). O evento segundo o autor citado fora promovido pela Federação Espírita Umbandista e o Jornal “O Caminho”, pertencente à Tenda Mirim. O congresso era aberto para a participação dos adeptos ou não da religião e os organizadores pediam sugestões de como poderia ser mais bem organizado o evento. Segundo Artur Isaia (ISAIA, 1999, p. 106) “esse congresso fixou explicitamente a posição dos intelectuais da nova religião em relação à doutrina, ideologia e ritual”. Artur Isaia (ISAIA, 1999, p.107) salienta que “os trabalhos apresentados nesse I Congresso recuam as origens da Umbanda, a um passado, totalmente, distante do “barbarismo” negro africano”.

Nesse evento, a entrada fora gratuita, sendo realizado na sede da Federação Espírita de Umbanda, na Rua General Câmara, número 313, estendendo-se por uma semana (JURUÁ 2013, p. 43). Com a pretensão de mostrar que a Umbanda, “em vez de uma prática de magia vulgar, como muita gente poderia pensar, é, ao contrário uma corrente de pensamentos com raízes históricas” (JURUÁ 2013, p. 45). Artur Isaia (ISAIA, 1999, p. 108) considera que “a tentativa dos umbandistas em demarcar seu distanciamento das práticas religiosas de matriz africana, aproximando-se do Kardecismo, extrapola as teses do I Congresso, aparecendo nas obras dos intelectuais”.

Ao analisarmos o conteúdo simbólico das comunicações apresentadas durante o Congresso de 1941, observa-se que os intelectuais de Umbanda, em busca de legitimidade, tentaram construir uma identidade mais próxima do “cientificismo” kardecista do que das “primitivas” religiosidades africanizadas. Os trabalhos destacados nesse congresso foram Umbanda e os sete planos do universo; O Espiritismo de Umbanda na evolução dos povos; Legislação sobre realidade

---

<sup>9</sup> Segundo Juruá (2013, p. 43), a comissão organizadora era composta pelo Sr. Dr. James Madruga, Sr. Alfredo Antônio Rego e Diamantino Coelho Fernandes, respectivamente, vice-presidente, secretário e tesoureira da Federação.

religiosa no Brasil; Império e sua consolidação no Brasil- República; A utilidade da Umbanda; Umbanda Racional; Umbanda e numerologia; Lei (não linha) de Umbanda; Banhos de descargas e defumadores; Pontos cantados e riscados (JURUÁ, 2013, p. 43).

Em palestra no I Congresso Brasileiro do Espiritismo de Umbanda, o senhor Jayme Madruga, advogado e vice-presidente da Federação Espírita de Umbanda e presidente da Tenda São Jerônimo especificou o significado da palavra Umbanda e a não relação com a Quimbanda (JURUÁ, 2013, p. 48).

“UM” ou “On” ou ainda “Aun”, que significa “Deus” ou “enviado de Deus”, fonte do Bem, deste modo temos que Um-banda é da “banda de Deus”, da “banda do Bem” é a magia branca. “Em contraposição a Quimbanda representação do mal é o prefixo de Quibanda, a magia negra” (JURUÁ, 2013, p. 48).

Segundo o autor citado acima, Jayme Madruga, quis evidenciar que a Umbanda era praticada visando ao bem e que os agentes desse processo nada recebiam pelos trabalhos e nenhum dos participantes das tendas pagava mensalidades e a doação seria espontânea, e esta era vista como “magia branca”. Sendo assim, um dos motivos que o poder público tolerava sua prática, na sociedade. Artur Isaia (ISAIA, 1999, p. 107) quando faz referência a tese apresentada por Martha Justina, aponta que “havia a necessidade dos umbandistas desse período, de apresentar uma religião, com características sincréticas, de fácil identificação popular e de afastá-lo de conteúdos imagéticos que divorciavam o convívio com os valores sociais dominantes”.

Juruá (2013, p. 51) enfatiza que o Congresso, “excedeu a todas as expectativas, tanto no número e qualidade dos estudos apresentados, quanto no volume da assistência que ali compareceu durante as oito noites consecutivas de suas reuniões”.

A divulgação do Movimento Umbandista ganhou corpo quando entrou em cena o radialista e escritor Áttila Nunes. Foi uma importante personalidade do rádio brasileiro e um defensor incansável da liberdade religiosa. Criou e produziu o primeiro programa de rádio voltado para os cultos afros: “Melodias de Terreiro”, que foi ao ar pela primeira vez em 1947, no Rio, pela então Rádio Guanabara, durante três décadas. Na literatura conseguiu sucesso com a obra “Antologia de Umbanda”, chegando a ser eleito Deputado Estadual (JURUÁ, 2013, p. 35).

Segundo o autor acima, Áttila Nunes iniciou suas apresentações umbandistas em 1948, evoluindo para o lançamento do programa “Melodias de Terreiro”, que esteve no ar por mais de 30 anos, dando força ao movimento e após seu falecimento, sua esposa, Bambina Bucci assumiu o programa. Foi deputado (1960-1962) e em seus 254 discursos pronunciados,

sempre defendia a Umbanda. Quando entrevistado pela “Revista Rádio” disse que lutaria pela Umbanda para a emancipação dessa jurídica e socialmente. Também enfatizou que iria agir para que acabassem os abusos policiais, contra os umbandistas. Átilla Nunes foi o primeiro parlamentar umbandista do Brasil e conseguiu: o fim da perseguição religiosa por parte da polícia carioca (JURUÁ 2013, p. 35-37). Inúmeras vezes, Átilla Nunes sofrera com ações policiais, que invadiam a rádio, pois durante seus programas, as pessoas no auditório entravam em transe, ao ouvir os pontos e as orações da Umbanda (JURUÁ, 2013, p. 38).

Em julho de 1961, no Rio de Janeiro, fora realizado o II Congresso Brasileiro de Umbanda, sua abertura ocorreu oficialmente no Maracanãzinho, comparecendo quatro mil médiuns fora o público assistente. Nesse congresso o Hino da Umbanda tornou-se Hino Oficial da Umbanda, no Brasil e “iniciaram uma sistemática de codificação<sup>10</sup> da Umbanda”. (JURUÁ, 2013, p. 58)

Em 12 de setembro de 1971, foi criado o Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda, como primeiro órgão umbandista de caráter nacional, que conseguiu agregar em sua reunião de 1976, vinte e cinco federações de Umbanda de todo o país, totalizando mais de quarenta mil terreiros e tendas representadas no evento, que teve entre as suas pautas, a escolha do dia nacional da Umbanda (JURUÁ, 2013, p. 83).

Em 1973, no Rio de Janeiro ocorreu o III Congresso Brasileiro de Umbanda, “pela preocupação máxima das Federações em obter uma estruturação administrativa e religiosa como se evidencia no lema adotado: “Organizar para Unir” (JURUÁ, 2013, p. 68). O congresso permitiu analisar os itens: aspectos doutrinários e filosóficos e aspectos administrativos e legais. Segundo o autor citado, neste congresso foi fundado um Órgão Nacional Inter Federativo agrupando os Estados e Federações respectivas e adotado um só hino e o dia 15 de novembro<sup>11</sup> como o Dia Nacional da Umbanda (JURUÁ, 2013, p. 68). Em 2013, O Ministério da Educação (MEC)<sup>12</sup> oficializa a Faculdade de Teologia Umbandista – (FTU). Segundo Aguenta (2012), em seu artigo no Jornal GGN “no final de 2010 saem os

---

<sup>10</sup> Segundo Juruá (2013, p. 67) ressalta-se, assim, a necessidade de ter “a sua constituição doutrinária”, a sua codificação básica, porém elástica em certos aspectos, tendo em vista a diversidade encontrada em certos aspectos, tendo em vista a diversidade encontrada que não permite, no momento, a rigidez regular de normas, especialmente, no tocante a certas alterações de ritual embora, este deva ter uma linha ajustável e sóbria, sem os exageros dispensáveis, que mais dificultam a fé do crente do que favorece o seu aprendizado, ou a difusão para obter adeptos.

<sup>11</sup> Segundo Juruá (2013, p. 83), a data de 15 de novembro foi proposta pelas entidades federativas do Rio de Janeiro, na I Convenção Anual deste Conselho, da qual participaram 25 federações, representando a maioria absoluta dos Estados; e que não opuseram qualquer objeção à escolha.

<sup>12</sup> O Artigo 1º fica reconhecido o curso superior de graduação em Teologia (bacharelado), com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, ofertada na Avenida Santa Catarina, 400/ 414, Vila Alexandrina, São Paulo – SP ministrado pela Faculdade de Teologia Umbandista (FTU). (BRASIL, 2013, p. 19).

primeiros diplomas da FTU registrados pela USP,<sup>13</sup> Universidade de São Paulo, culminam a legitimação dos primeiros teólogos umbandistas do Brasil e do mundo”.

Pensar hoje o campo religioso brasileiro, sem dúvida nenhuma é pensar sobre essas realidades de longa duração, aparentemente superadas pelo tempo, mas que reaparecem a todo o momento, relacionadas com a violência física contra os pobres, contra os negros, contra os índios, contra os considerados ainda em nossos dias diferentes de um brasileiro inexistente, produto dos delírios (o problemático é que não são apenas delírios) de parte da elite brasileira, mas também de um padrão de comportamento extremamente assumido por diferentes segmentos sociais no Brasil de hoje. (ISAIA, 2009, p. 95).

Segundo o autor citado acima, essas realidades se refletem em nosso cotidiano, onde nos coloca que “há pouco tempo, a mídia divulgou o ataque de seguidores de uma igreja evangélica a um centro de Umbanda no Rio de Janeiro”. Isaia (2009, p. 96) considera que isso se reflete “em nome de uma uniformidade religiosa, da reafirmação de uma identidade dual e frontal, incapaz de pensar-se no plural e de afirmar o encontro que historicamente nos formou”.

A luta do negro para ocupar seu espaço, com sua religião e nos movimentos organizados para conquistarem uma sociedade que discriminava e via esse como um objeto marginalizado e sem condições de ser inserido no contexto social remete-nos a refletir a colocação de Malandrino (2008, p. 4), ao dizer que a formação de uma nova religião para os negros seria “uma tentativa de modificação de identidade”, o que não acontecera anteriormente, na abolição da escravatura.

A religião relaciona-se com um contexto mais amplo e influencia a construção das relações sociais. Ela pode gerar processos que levam a mudanças de orientação, que influenciam a possibilidade de atuação de cada grupo cultural na própria sociedade. A religião, com isso, é um dos fatores que pode promover uma maior possibilidade de construção de cidadania (MALANDRINO, 2008, p. 4).

Sobre este aspecto Nascimento (2010, p. 930) enfatiza que “o negro fora expulso da vida social das cidades brasileiras desde o Brasil colonial”. Estes encontraram nos terreiros uma alternativa de vida social, onde se encontravam para lazer e solidariedade. Nesses locais, segundo o autor: negros, mulatos e pobres encontraram espaço para reconstituir suas heranças e experiências sociais, afirmando sua identidade cultural.

---

<sup>13</sup> Segundo Agüena (2012), os diplomas são emitidos pela USP, sendo que foram diplomados 21 teólogos em 2010, no terceiro grau, “fazendo parte de um marco histórico na isonomia do país”. Das 108 faculdades de teologia no Brasil a única representante das religiões afro-brasileiras foi recentemente convidada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE a participar de Audiência Pública Nacional para discussão da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Teologia.

As fundações das casas de Axé foram imprescindíveis para a preservação da cosmovisão africana, da identidade e da cultura negra, da religiosidade que perpassa por esferas da vida do povo africano. Foram essas casas que preservaram a tradição do culto aos orixás, bacuros, inquices e voduns e as línguas africanas (SANTOS, 2015, p. 3).

A Umbanda, então, entra no contexto de uma religião que ganhou um número muito grande de adeptos, no contexto brasileiro, pois segundo Meira e Oliveira (2014, p. 8) “ao contrário de outras religiões afro-brasileiras, como o Candomblé, que ficou mais ligado às tradições africanas”, ou seja, os autores explicam que esta “abriu suas portas à nova realidade social e econômica do Brasil” (MEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 8).

#### 1.1.2. Umbanda no Estado do Rio Grande do Sul

É comum atribuir-se como “origem” da Umbanda no Rio Grande do Sul, a fundação de um terreiro em outubro de 1926, na cidade de Rio Grande. Trata-se do Reino de São Jorge, cujo administrador era o ferroviário Otacílio Charão. Pereira (2012, p. 110) salienta que a localização das atividades religiosas se concentrava na parte nova da cidade, o atual bairro “Cidade Nova”. Nessa época segundo o autor citado acima, em Rio Grande, não havia lugar para a prática dos cultos e os mesmos eram realizados em casas particulares, ou seja, na residência de um dos participantes (não havia lugar fixo). Inicialmente um grupo pequeno, com umas vinte pessoas e consecutivamente foi aumentando, com pessoas que começaram a vir de outras religiões.

A prática religiosa, neste período, continuava sendo realizada em local aleatório, primeiro por não ser uma prática com a organização que se apresenta atualmente, regulamentada e amparada por Lei, fato que só ocorreu anos mais tarde, em 1942, através do governo Vargas. E devido a perseguições religiosas, os participantes eram estigmatizados de forma pejorativa como baderneiros e feiticeiros. Atrelado a isso, a questão socioeconômica era outro motivo encontrado para os preconceituosos da época “destilarem” o fel da discriminação, já que esta é uma religião que abarca adeptos de todas as camadas sociais (PEREIRA, 2012, p. 111).

De Rio Grande a Umbanda teria sido inserida em Porto Alegre, em 1932, pelo capitão da Marinha, Laudelino de Souza Gomes que, nesta capital, fundou a Congregação Espírita dos Franciscanos de Umbanda, existente até os dias atuais. Assim como Laudelino, outras pessoas difundiram a religiosidade umbandista a outras cidades. Norberto de Oliveira a introduziu no município de Viamão; Jesina Furtado, fundadora da casa Mestre Quatro Luas; e

Astrogildo de Oliveira, fundador do Templo Rainha Yemanjá Fraternidade Ubirajara. (ORO 2008, p. 16).

A Umbanda se instalou no Rio Grande do Sul na década de 1930 num quadro social em que a implantação do capitalismo encontrava-se numa fase mais adiantada: a economia se monetarizava, iniciava-se o processo de industrialização, já ocorria o êxodo rural. O tempo tomava nova dimensão. As pessoas centravam suas vidas em torno do trabalho (ORO, 2008, p. 19).

Segundo as considerações acima, o autor crê que a Umbanda, quando surgiu no Rio Grande do Sul ficou adequada ao modo de vida das pessoas. Suas sessões não iam até tarde da noite e não existiam sacrifícios de animais e com isso se diferenciava do Candomblé e da Linha Cruzada. A única similaridade era a incorporação, referente ao espírito possuir o corpo do médium e levá-lo ao estado de transe. Com isso Oro (2008, p. 19) enfatiza que “os fiéis podiam cumprir suas obrigações religiosas sem alterar o ritmo do cotidiano e se levava em conta a diminuição dos espaços para criar os animais que, além disso, se tornavam cada vez mais uma mercadoria cara”. Entretanto, o autor salienta que mesmo assim, “as religiões com raízes africanas foram as que mais predominaram no Rio Grande do Sul, trazendo seus rituais de origem bantos e Yorubá” (ORO, 2008, p.12).

### 1.1.3. Umbanda em Alegrete

De acordo com Marini (2010, p. 58) “de maneira contrária ao modo como ocorreu na maioria das localidades, a Umbanda chegou à cidade de Alegrete anteriormente ao Batuque”. O autor enfatiza que mesmo havendo negros na cidade e havendo dois quilombos Angico e São Miguel, não existe nenhum trabalho historiográfico sobre manifestações de Batuque anterior a década de 1960 (MARINI, 2010, p. 58). O autor ainda considera que a Umbanda<sup>14</sup> em Alegrete, surgiu na década de 1940, com a senhora Araci Baez (1902-1970), que incorporava o caboclo “Pai Amoré”.

Foi com unanimidade que os chefes de terreiro visitados responderam que a Umbandista pioneira em Alegrete foi a Sra. Araci Baez, tanto que a história desta se confunde com a história da Umbanda em Alegrete. Não existem dados documentais que comprovem a origem da Umbanda trazida pela Sra. Araci Baez, mas o que se conta nos terreiros é que ela teria feito uma iniciação em Porto Alegre e disseminou em Alegrete sua descendência Umbandista. No meio religioso umbandista, também

---

<sup>14</sup> Atualmente existem outros terreiros de Umbanda em Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, estes são considerados “cruzados” (com Quimbanda, Batuque/ Candomblé) não sendo somente Umbanda, tal como é praticado no *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*.



se menciona os nomes da Senhora Marica De Ré, do Senhor “Tau”, do Sr. Joaquim Telles (também conhecido por Sr. Sellet) como chefes de terreiro contemporâneos da Sra. Araci Baez (MARINI, 2010, p. 59).

Segundo o autor citado acima, sendo até o momento, um dos poucos que escreve sobre a Umbanda em Alegrete, Araci Baez enfrentou diversos tabus, por ser uma mulher negra, de origem humilde, moradora de subúrbio e frequentadora de uma religião estigmatizada pela sociedade. A mesma alcançou um grande número de adeptos. Esta seria uma das capacidades da Umbanda, ou seja, a de agregar diversas pessoas. Preocupados com a existência de preconceitos, alguns líderes de terreiros se reuniram<sup>15</sup> e formaram a Associação de Umbanda e Religião Africana de Alegrete – AURFA (MARINI, 2010, p. 58-60).

A AURFA foi criada pela iniciativa do umbandista Sr. Sylla Orguissa, da zeladora de santo Eunice Oliveira de Oliveira e de outros chefes de terreiro, Babalorixás e Ialorixás da cidade de Alegrete. A fundação data do dia 27 de agosto do ano de 1981, numa reunião que aconteceu na terreira intitulada “Tenda de Pai Joaquim”, situada na Rua General Sampaio, 539. A reunião foi presidida por Manoel Soares Neto, diretor da organização espiritual “Reino de Ubiratan” na cidade de Porto Alegre. O Sr. Manoel ainda discursou acerca da necessidade de que as casas de religião africana e as de Umbanda se unissem para que tanto a Umbanda, quanto o Batuque, adquirisse uma representatividade política maior e que houvesse melhores condições de culto aos adeptos (MARINI, 2010, p. 61).

**Figura 1.** Escultura de Xangô Peregrino que visitava os terreiros.



**Fonte:** Arquivo de Alisson Machado, 2018.

<sup>15</sup> O autor citado não especifica data da reunião.

O autor considera que a AURAFÁ fora muito bem representada pelas pessoas que foram convidadas a presidi-la, em relação à Umbanda e as religiões africanas. Para a associação manter-se, nas terreiras passava um “Xangô Peregrino”, que ficava nas mesmas, por dois a oito dias arrecadando donativos. A AURAFÁ emitia certificados de Batismo e de casamento, licenças e carteira de associado, dando aos seus adeptos um amparo legal. Atualmente, a AURAFÁ (já extinta) funciona apenas como caráter burocrático e já não possui mais sede. (MARINI, 2010, p. 61-63).

**Figura 2.** Conselho Deliberativo de Terreiro de Alegrete.



**Fonte:** Jornal Alegrete *Tudo Online*, 2015.

Em 18 de setembro de 2015, o Decreto Municipal número 374 dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho do Povo de Terreiro do Município de Alegrete (CPTMA, 2015) e dá outras providências.

Por povo de terreiro fica compreendido o conjunto de mulheres e de homens vivenciadores de matriz africana e Afro- Umbandistas, que foram submetidos, compulsoriamente, ao processo de desterritorialização, bem como de desenraizamento material e simbólico, civilizatoriamente falando, de várias partes do continente africano, cuja visão de mundo não maniqueísta e/ou dicotomizada e por conta do rigor teórico da oralidade, ressignificaram, na dispersão pelas Américas, sua cosmovisão de forma amalgamada devido aos elementos culturais invariantes, onde operaram, portanto, um “ativo interculturalismo” que se (re) territorializou geotopograficamente, sob os fundamentos da xenofilia em que se consubstanciou toda uma dinâmica intercultural e transcultural e que assim o é em Alegrete e no Estado do Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil. (CPTMA, 2015, p. 1)

Com isso, segundo o Jornal Alegrete Tudo, em uma de suas colunas online, tomaram posse no dia 22 de novembro de 2015, os representantes do povo de Terreiro do município de Alegrete, com o intuito de propor medidas e políticas públicas voltadas para o conjunto das comunidades do povo de terreiro do Alegrete, constituindo-se como um instrumento de reparação civilizatória, na busca da equidade econômica, política e cultural e da eliminação das discriminações.

**Figura 3.** Folder sobre o Dia da Umbanda.



**Fonte:** Jornal Alegrete *Tudo Online*, 2015.

Sendo que anterior a esta data, no dia 15 de novembro de 2015, em comemoração ao Dia da Umbanda, aconteceu o primeiro encontro do povo de terreiro de Alegrete, no Coletivo Multicultural, onde ocorreram palestras, cantos e orações e teve a participação de boa parte do povo umbandista da cidade.

## 2. ENSINO DE HISTÓRIA E RELIGIOSIDADE UMBANDISTA

Considerando que esta dissertação tem por intenção refletir sobre a realização de um documentário voltado para o ensino de História com referência à religiosidade umbandista, buscamos trazer algumas reflexões que conjuguem Ensino de História e religiosidade umbandista. Para tanto, enfatizamos primeiro o contexto político educacional contemporâneo que implicou reflexões e leis sobre o ensino da cultura afro-brasileira e africana. Esta reflexão se faz necessária, pois subsidia a análise e justificativa do documentário realizado, na tentativa de demonstrar as possíveis contribuições deste material para o Ensino de História. Assim, enfatiza-se nesse capítulo a Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, bem como se busca dialogar com historiadores que pensaram a relação religiosidade e história/Ensino de História como Cristine Fortes Lia, Paulo Hipólito, Artur Isaia e entre outros.

### 2.1. O ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

A Lei 10.639/03,<sup>16</sup> esclarece que nos estabelecimentos de ensino deverá ser incluído o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura afro-brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, retomando a discussão sobre a contribuição afrodescendente nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.<sup>17</sup> Sobre o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana também temos as Diretrizes Curriculares Nacionais Brasileira e Africana as quais enfatizam que:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, os conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL 2006, p.15).

---

<sup>16</sup> A Lei 10.639/03, que estabelece o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos sistemas de ensino, foi uma das primeiras assinadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. Isto significa o reconhecimento da importância da questão do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação na agenda brasileira de redução das desigualdades. E também a lei é fruto do movimento negro, que luta contra o fim da discriminação no Brasil e por melhores condições para o negro perante a sociedade da qual faz parte.

<sup>17</sup> Segundo Brasil (2003, p. 1). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências".

O papel da escola, citado acima se faz necessário, pois a escola é um espaço que desenvolve conceitos e pré-conceitos e de interações sociais, que possui um olhar para as diferenças. Diferenças essas que podem ser sociais, afetivas e até mesmo raciais.<sup>18</sup> Segundo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o analfabetismo entre os negros é de 13,3% e pardos 13,4%, contra 5,9% de brancos. E o analfabetismo funcional<sup>19</sup> entre os pardos e negros soma 51,1% contra 15% dos brancos (IBGE, 2010). Através da Lei 10.639/03, os conteúdos referentes à História do Brasil e do mundo e os currículos das escolas deverão enfatizar a História da África e não apenas a História Europeia. Deverá ter um olhar diferente sobre o a escravidão, ou seja, que enfatize o escravo na sua busca por liberdade. Conforme a lei 10.639/03 deverá ser contemplado também o estudo da cultura afro-brasileira e o negro na formação do povo brasileiro.

Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: – ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; – à história da ancestralidade e religiosidade africana “[...] relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; – à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África [...]” (BRASIL, 2004, p.21-22).

Mesmo com a presente Lei 10.639/03 foi necessário alterar mais uma vez a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), colocando em vigor a Lei 11.645/08 que torna obrigatório o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” o que nos faz repensar e refletir sobre as práticas pedagógicas, nas quais envolvem relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas, pois nota-se que mesmo com a obrigatoriedade desta e com as temáticas sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ainda não é suficiente para alguns temas serem abordados em sala de aula, Hipólito (2011, p. 55) enfatiza que:

Ainda percebemos uma forte aversão por parte dos professores com o tema religião afro-brasileira, o que pode ser explicado por vários motivos, desde a desatualização dos docentes, a falta de recursos e de apoio das secretarias de educação para realizar trabalhos inovadores em sala de aula, até desinteresse dos próprios professores.

---

<sup>18</sup> Segundo Brasil (2006, p. 2) está previsto no artigo 5º, parágrafo IX, “identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 10/02/2017.

<sup>19</sup> Segundo a pesquisa do IBGE, as estatísticas dizem respeito às pessoas com quinze ou mais idade e não tem quatro anos completos de estudos. (IBGE, 2010).

O autor considera que esses motivos seriam um obstáculo para a busca de uma escola democrática e acolhedora das diversas etnias e crenças religiosas. Sobre esse assunto, Paulo (2015, p. 69) nos diz que “inserir temáticas relacionadas às religiões de matriz africana, em salas de aula do Ensino Fundamental e Médio, no ensino de História, muitas vezes acarreta embates simbólicos e até físicos, entre professores e alunos, demonstrando raízes de intolerância religiosa”.

O historiador citado acima considera que “pouco está sendo feito na sala de aula para quebrar o silêncio da escola com relação a essa temática” (PAULO, 2011, p. 57), mesmo com a efetivação da inserção cultural do povo africano, no currículo como conteúdo ter entrado em vigor com a Lei Federal 10.639/03 que alterou os artigos 26-A e 79-B, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 determinando a obrigatoriedade de estudos relacionados à temática. Em relação a essa proposta de inclusão da Lei 10.639/03, Pereira (2011, p. 149) especifica que:

Se, por um lado, a promulgação desta legislação se realizou em contexto de democratização social e de luta assertiva pela conquista de direitos de cidadania no país, ela se vincula a contextos escolares diversos – por suposto, não há como prever que a recepção e a prática desta legislação ocorrerão de forma homogênea ou mesmo da maneira como prescrita ou prevista. Todos sabem o quanto há de ressonância – ou de distância – entre o conteúdo de uma lei e a sua prática nas mais variadas circunstâncias, sobretudo no ambiente escolar. A recepção é terreno de autonomias. Neste campo haverá usos diferenciados, também renovados e mutáveis interpretações.

Segundo a autora, existe uma carência de informação sobre o tema e alguns professores consideram que ao abordar esse tema sentem dificuldades em relação ao “preconceito com a história e com a cultura afro-brasileira, como se tratasse de ‘macumba’”. A autora acredita que se os conteúdos não fossem trabalhados apenas em datas comemorativas, poderia ser rompido o eurocentrismo, que ainda se faz presente nas escolas. Pois, segundo Seffner (2000, p. 260):

Um professor de História, mais que ensinar datas e fatos (que são importantes, mas não devem se constituir na razão única do ensino de História na escola) é alguém que coloca o aluno em contato com os processos de construção/ reconstrução do passado, ou em outras palavras, abre um diálogo acerca do presente valendo-se das interpretações a que é submetida à produção do conhecimento histórico.

A educação das relações étnico-raciais impõe situações de aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimento, quebra de desconfiças: um projeto conjunto para

a construção de uma sociedade justa, igual e equânime (BORGES, 2010, p. 75), ou seja, que esta contribua para que todos possam se sentir incluídos no processo de ensino e de aprendizagem. A autora considera a necessidade de capacitar os professores com cursos de formação inicial e continuada que “os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliá-las e reeducá-las” (BORGES, 2010, p. 76).

Mas se pretendemos iniciar as crianças em conceitos como escravidão, trabalho, cultura afrodescendente, cultura caipira, cultura erudita, organização do espaço ou relação homem-natureza, nós devemos, com certa urgência, repensar os processos de formação inicial e continuada dos professores de séries iniciais (SOARES, 2009, p. 134).

Fernandes (2005, p. 379) nos diz que “apesar da influência marcante da cultura de matriz europeia por força da colonização ibérica em nosso país, a cultura tida como dominante não conseguiu, de todo, apagar as culturas indígenas e africanas”. A historiadora Sílvia Duarte (2016, p. 16) enfatiza “ser direito de todos os estudantes conhecerem todas as culturas que formam a cultura de nosso país devido à interação de todos os povos que aqui chegaram e que já estavam no caso os verdadeiros donos do território, os indígenas de ambos os povos originários”.

Contudo, existe uma ausência de material didático sobre o ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana que é salientado pelo historiador Anderson Ribeiro Oliva quando nos coloca que: “se o ensino de História no Brasil passou por uma profunda transformação nos últimos vinte anos, a mesma parece não ter atingido de forma significativa o estudo da História da África” (OLIVA, 2003, p. 424). O autor constata com isso que “a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada [...] não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente” (OLIVA, 2003, p. 428). O autor enfatiza ainda que “silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas” poderiam definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas da História no Brasil (OLIVA, 2003, p. 429).

## 2.2. O ENSINO DE HISTÓRIA DAS RELIGIOSIDADES

No Ensino de História, segundo a historiadora Cristine Lia (LIA, 2012, p. 556), a contribuição do Ensino de História das Religiosidades “é promover a tolerância entre os

diferentes grupos culturais”. Para a autora é um grande desafio para os professores minimizarem a intolerância e focar os temas transversais, sendo que trabalhando a religião podem-se abranger esses temas e desenvolver conhecimentos em outras áreas de ensino. Ainda conforme a autora é importante permitir uma leitura de mundo mais ampla, mais vinculada à dinâmica dos processos históricos, menos centrada em visões cronológicas e particularizadas das diversas áreas de conhecimento.

A historiadora Karine Serrazes (SERRAZES, 2014, p. 3), nos diz que para “colocar em prática essas propostas curriculares do Ensino de História é importante que o professor considere novas possibilidades de trabalho pedagógico”. Para a autora os alunos devem ser motivados a pesquisar em diversas fontes, colocarem seus conhecimentos construindo e desconstruindo conceitos, como sujeitos ativos e criativos do processo, no qual estão incluídos. O historiador Durval Muniz Albuquerque Júnior (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 1) quando entrevistado por Jânio Gustavo Barbosa e Olívia Morais de Medeiros Neta salientou que “a História serve para problematizar a nossa forma de ver, a nossa forma de entender o mundo, as nossas concepções, as nossas atitudes, os nossos costumes, os nossos atos e os nossos valores [...]”. Albuquerque Júnior (2008, p. 2) enfatiza também que “o professor de História incide sobre a maneira como as pessoas pensam sentem, agem, ou seja, incidem diretamente sobre valores”.

Para a historiadora Karine Serrazes (SERRAZES, 2014, p.1) essa área do conhecimento contribui para a formação dos indivíduos, nos permite compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais que estamos vivenciando, desenvolvendo valores e identidades. Uma vez que a História ensinada “contribui para a construção de identidades, respeito e a convivência mais solidária entre as pessoas” (SERRAZES, 2014, p. 1), pode-se dizer que compreender a religião umbandista no ensino de História significa conhecer e respeitar a diversidade, a alteridade e a diferença.

Mesmo assim, segundo Cristine Fortes Lia (LIA, 2012, p. 553-554):

[...] para realizar o estudo das religiões na sala de aula é preciso ter cuidado com uma série de questões. Nunca se pode esquecer que todos, professores e alunos, possuem algum tipo de trajetória religiosa. Cabe ao docente ter a sensibilidade de não construir juízo de valores sobre a presença ou ausência de fé. Aliás, o estudo das religiões precisa estar totalmente afastado das crenças pessoais de quem o realiza. Nenhuma manifestação religiosa pode ser considerada exótica ou menos importante.

A historiadora considera que a religião quando inserida em sala de aula deve fugir do endosso das manifestações religiosas e o educador deve ter consciência de que seus



alunos vêm de realidades e culturas diferentes. Considerar ainda que “as práticas religiosas conferem identidade aos grupos humanos, os indivíduos se reconhecem enquanto parte de um todo que crê em referências comuns”, ou seja, cada indivíduo tem direito a pertencer a religião que quiser e fazer dessa crença seu modo de vida, junto com outras pessoas que pensam de maneira semelhante. Assim, o Ensino de História, sem se filiar a uma orientação religiosa, pode promover o conhecimento histórico a partir de uma orientação de leitura e interpretação das relações sociais e religiosas que promova o entendimento, a compreensão e o respeito ao “outro”. Portanto, segundo Cristine Lia (LIA, 2012, p. 555) “o Ensino de História das Religiões não pode se limitar a um instrumento de reforço da experiência religiosa dos alunos”.

O Ensino de História não pretende endossar, ratificar, confirmar ou refutar experiências e crenças religiosas, mas compreendê-los; não pode se limitar a um instrumento de reforço da experiência religiosa dos alunos. Para Mauro Dillmann (DILMANN, 2018, p. 224) “as experiências religiosas precisam ser compreendidas a partir da contextualização, da identificação do contexto de desenvolvimento das práticas e de construção de determinados discursos”. Dillmann (2018, p. 225) salienta ainda que “toda e qualquer expressão religiosa deve ser compreendida e ensinada, do ponto de vista histórico, quando se considera e se questiona o “quando”, o “onde”, o “quem”, o “como” e o “por que” [...]”.

Sendo assim, enfatizar a religiosidade, no Ensino de História tendo como base esse trabalho é uma alternativa pedagógica para os docentes de História, no processo de uma educação Étnico-Racial, onde o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana seja divulgado e principalmente, a religiosidade umbandista, aqui refletida possa se fazer presente no âmbito escolar, pois o conhecimento significativo, em História, advém da consideração de que há diversas interpretações possíveis e enfoques para a abordagem de determinados temas em sala de aula. Conhecer diferentes formas de pensar, de criticar e de analisar fontes configura-se como aspecto fundamental para a aprendizagem em História. Interessante, nesse sentido, a promoção e o incentivo à pesquisa, do mesmo modo que os professores aos pesquisarem podem vir a instigarem, nos alunos, “vontades e necessidades de aprender” (RIBEIRO, 2013, p. 7).

Atualmente, a importância de acionar a religiosidade no contexto escolar, especialmente na aula de História, deve-se, entre outros fatores, por exemplo, à dinâmica de revisão curricular a partir da Lei 10.639/2003. E como especifica Dillmann (2018, p. 227) “a busca por uma compreensão crítica sobre como, em um dado contexto, os sujeitos lidam e significam suas religiões e suas práticas religiosas são importantes quando o tema

religiosidades é abordado no ensino de História”. Com isso, o professor de História, em relação ao conteúdo poderá articular atividades pedagógicas associadas à religiosidade. Segundo Borges (2010, p. 72), “nessa perspectiva cabe às escolas incluir, no contexto dos estudos, atividades que abordem diariamente as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias. Com essas atividades pedagógicas, os alunos possam ver que o outro é diferente e possui particularidades e envolva-se em outros grupos fora do ambiente escolar e que talvez com uma nova interpretação sobre a realidade possam ter outra visão sobre a religiosidade e através disso o próprio professor tentará vencer o grande desafio “transformar o espaço escolar em um espaço democrático e inclusivo” (HIPÓLITO, 2011, p. 59).

O historiador Fernando Seffner, enfatizou que o conhecimento não é neutro e nem eterno, sendo assim, é um artefato histórico-cultural. E assim são as metodologias, ou seja, podem ser mudadas e diversificadas, sendo que a teoria e a metodologia estão carregadas de “uma visão de mundo, ou no mínimo, que de cada opção teórico-metodológica derivam atitudes diferentes frente ao mundo” (SEFFNER, 2008, p. 264). Segundo Dillmann (2018, p. 237) “o ensino de História pode problematizar a História vivida, a atuação e o papel dos agentes sociais na prática cotidiana, especialmente da fluidez das identidades religiosas e das perspectivas que apontam para o elevado trânsito contemporâneo por entre práticas religiosas diversas”.

Tem-se em conta que, tanto a História quanto o seu ensino, levantam questões e problemas do seu tempo, do seu presente, construindo versões, narrativas e explicações provisórias. Para Dillmann (2018, p. 241) “o ensino de História permite a compreensão de outras possibilidades de ser religioso, de manifestar, de viver experiências e crenças”. O historiador considera que “talvez, por isso, o professor e a aula de História nem sempre são agradáveis aos olhos de algumas expressões religiosas contemporâneas” (DILLMANN, 2018, p. 241). Com isso, percebe-se que a narrativa histórica acionada na aula de História não é uma verdade absoluta, é um saber sobre o vivido, cuja versão foi construída a partir de problemáticas do presente.

### 2.2.1 O Ensino de História e o documentário sobre a religiosidade Umbandista

O mundo no qual vivemos produz em abundancia diferentes recursos<sup>20</sup> documentais que enriquecem a produção do saber histórico e podem tornar mais vivo interessante o ensino de História (DELGADO; FERREIRA, 2013, p.27). Por isso, ao destacar um documentário sobre a Umbanda a partir de um terreiro, pode se tornar de notável importância, enquanto exemplo de manifestação religiosa e identidade cultural, na busca pela promoção do respeito para com as diferenças, especialmente em relação à opção religiosa; também pode ser útil para refletir a respeito da contribuição da religiosidade umbandista na configuração histórica de outros modos de pensar, de agir e de sentir. Borges (2010, p. 74) enfatiza que: “implica ainda no compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais das quais participam e que ajudam a manter e/ou a reelaborar”. Configura-se então, o seguinte questionamento: Por que levar a Umbanda, em forma de um documentário, para o Ensino de História?

Em um primeiro momento, porque o documentário “constitui os fatos, selecionando os vestígios do passado e envolvendo-os em uma “narrativa”. Costumeiramente ignora a ficção geral, o que o conduz a utilizar imagens do momento” (SOUZA, 2011, p. 3). Este como uma fonte audiovisual possibilitaria ao historiador “utilizar sua criatividade em sua arte de narrar, interagindo e confrontando e revelando falas e experiências de um mesmo acontecimento em diversas óticas, a fim de desvelar a escrita oficial (KATRIB, 2015, p. 9). Katrib (2015, p. 10) salienta que “a produção do documentário e o seu uso como linguagem capaz de produzir conhecimento histórico permite desatar os nós e realinhar os fios da história ancorada no viver e no atuar dos sujeitos sociais (imigrantes, população transitória)” (KATRIB, 2015, p. 16) enfatiza que “no momento que se faz um documentário existem a produção de efeito de “verdades”, por meio das imagens e das falas, de seleções que melhor moldam as memórias e a história dos sujeitos eleitos como narradores de uma trama, como agentes que presentificam o passado.

Segundo o historiador Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza, “é uma mídia diferenciada para ser utilizada como recurso didático”. “A sua maneira de expor uma temática mesmo nas produções mais “imparciais”, é passível de análise com os estudantes” (SOUZA, 2011, p. 6). A professora Cristina Melo (MELO, 2002, p. 28) salienta que “as informações obtidas por meio do documentário ou da reportagem são tomadas como “lugar de revelação” e de acesso à verdade sobre determinado fato, lugar ou pessoa”. Expõe também que “ao nos depararmos com um documentário ou matéria jornalística, esperamos encontrar as

---

<sup>20</sup> Os recursos vão de documentos audiovisuais, fotografias, escritas literárias, narrativas orais e escritas, CD-ROMs, filmes, documentários e entre outros objetos da memória (DELGADO; FERREIRA, 2013).

explicações lógicas para determinado acontecimento” (MELO, 2002, p. 28). Desta forma, o documentário sobre a religiosidade umbandista será importante por buscar abranger a religião e seus adeptos, historicamente alvo de preconceitos e discriminações, especialmente por quem desconhece esta prática religiosa.

Além disso, pode ser útil no Ensino de História como suporte didático ao professor para o desenvolvimento de estratégias de ensino e de aprendizagem para se pensar nas potencialidades de problematizações de diversas temáticas a serem abordadas nas aulas de História. Temáticas essas que se iniciam, por exemplo, desde as contribuições das etnias africanas, indígenas e europeias, visando à valorização da diversidade da cultura brasileira (BORGES, 2010, p. 76).

A produção do documentário e seu uso como linguagem capaz de produzir conhecimento histórico permitem desatar nós e realinhar os fios da história ancorada no viver e no atuar dos sujeitos sociais (...). Desta forma ampliam-se os horizontes de materialização dos fatos e dos acontecimentos não oficializados, colocando em xeque as narrativas oficializadas e reproduzidas entre os grupos sociais como “verdades” a serem partilhadas e reiteradas (KATRIB, 2015, p. 10).

Segundo Artur Isaia (ISAIA, 2009 p. 98), “a Umbanda no Brasil resgataria esse conhecimento, herdeiro de uma tradição cultural ‘superior’ e abastardada pelos negros”, vindo ao encontro de Scheimer (2010, p. 7) quando o mesmo enfatiza que “é extremamente importante que o Ensino de História venha contribuir para o aperfeiçoamento do relacionamento em nossa sociedade”. A autora frisa que com essa contribuição poderemos “progredir rumo a um desenvolvimento social, baseado na justiça e respeito mútuo, superando as dificuldades a fim de nos entendermos com os outros” (SCHEIMER, 2010, p. 7).

O documentário contribuirá também “para formação de alunos ativos, agentes criadores, críticos e sensíveis quanto à compreensão do mundo, dispondo o convívio com obras cinematográficas de extrema importância para sua formação e caráter” (SANTOS; SILVA, 2013, p. 2). Segundo o historiador Cairo Katrib (2015, p. 9) “enveredar pelo universo da linguagem audiovisual, em especial o da produção de documentários é um caminho fascinante”. O autor enfatiza que para os historiadores é sempre uma aprendizagem, uma oportunidade de utilizar outras formas de narrativas, diferentes daquelas tradicionais de seu ofício (KATRIB, 2015, p. 9).

### 3. DOCUMENTÁRIO SOBRE A UMBANDA EM UM TERREIRO EM ALEGRETE

Esse capítulo retrata a experiência de realização do documentário *Na linha da Umbanda*, especialmente o contato com o terreiro, a observação do seu funcionamento e a entrevista realizada com seu dirigente. Para o documentário acontecer foi definido um roteiro de edição, ou seja, um pré-roteiro que, segundo Katrib (2015), atua como um roteiro, mas não o é propriamente e através deste extrair um roteiro para gravação.

A pesquisa no *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* abrange sobre o templo e o que é realizado no mesmo, bem como sua localização e o relato de alguns fatos ocorridos durante as sessões, bem como seu horário de funcionamento, dinâmicas das práticas rituais realizadas, normas ditas e não ditas e um pouco sobre a dirigente do terreiro.

#### 3.1. PESQUISA NO TEMPLO UMBANDISTA DE CARIDADE REINO DE OXUM, TIA MARIA CATARINA/OGUM BEIRA-MAR<sup>21</sup>

Ao entrar em um terreiro é possível perceber algumas peculiaridades em relação ao espaço ocupado. Para o sociólogo Lísias Negrão (NEGRÃO, 1994, p. 114) os terreiros são as instâncias criativas do culto, *locus* da construção mítica e ritual, onde a Umbanda é vivida em seu cotidiano encantado de crenças e práticas mágicas, voltado para as necessidades de seu público interno. Incorporam-se os guias para que estes solucionem os problemas diversos (principalmente de saúde, mas também de dinheiro, trabalho, desajustamentos familiares e amorosos) que afligem a carente clientela (NEGRÃO, 1994, p. 16).

Já para o geógrafo Rogério Pereira (PEREIRA, 2012, p. 107) as revelações culturais expressadas nos terreiros de Umbanda apresentam uma riqueza patrimonial histórica e cultural ímpar. Segundo o autor “estas são reveladas através da sua particularidade na relação com a dança, à musicalidade e a devoção, repletas de simbolismos e interligações de matrizes culturais distintas” (PEREIRA, 2012, p. 107). Rogério Pereira (PEREIRA, 2012, p. 112) coloca-nos que o terreiro se apresenta “como um portal e conforme a filosofia de Platão

---

<sup>21</sup> O texto foi escrito com as observações que fiz no Templo. Notam-se também algumas citações de autores no decorrer do mesmo para explicar determinadas situações que ocorrem no local.

possui uma interligação entre os dois planos, onde estas divindades se apresentam interligadas às coisas materiais”. O autor ainda enfatiza que:

O sentimento que evoca um Terreiro ou Tenda de Umbanda como um portal, é que nele estão presentes forças que nos fazem ver as coisas como puras, como a manifestação de uma luz que se direciona através destes elementos míticos. Sendo um caminho para o encontro com o Senhor supremo, na objetivação não só de atender os anseios promulgados no plano material, mas de uma forma de interpretar a mundo. E o objeto sagrado pode ser percebido a partir da experiência religiosa, pelo sentimento religioso (PEREIRA, 2012, p. 113).

Para Bairrão e Pagliuso (2010, p. 200), “a Umbanda comunica-se através de manifestações corporais, vivenciais e artísticas”, isso mostra que este estudo de campo analisou o terreiro, com a perspectiva de mostrar uma versão da História da Umbanda, a história do terreiro, sua parte ritualística, suas festas e as pessoas que estão inseridas na religiosidade umbandista. Busca trazer, assim, o surgimento de inúmeros temas que poderão contribuir para o ensino de História, que poderão ser enfatizados, além do documentário. Como nos coloca Cunha Junior (2009, p. 98): “conhecer estas religiões é conhecer melhor a forma de ser e pensar da população negra e também do povo brasileiro (como parte integrante do conhecimento da humanidade”. Com isso, Cunha Junior (2009, p. 102) enfatiza que “nós educadores precisamos abordar em nossas aulas e práticas educativas a existência digna de religiões de base africanas. Elas fazem parte do patrimônio cultural e intelectual do povo brasileiro”.

Para o documentário acontecer houve inicialmente uma visita ao local, para uma conversa com a dirigente do local, para esclarecimento dos objetivos do mesmo, a importância de sua realização no contexto do ensino de História e para a própria divulgação sobre a religiosidade umbandista. Ir até o lugar e ter um primeiro contato com a dirigente foi também um exercício de audições, pois se buscou ouvir a sua opinião sobre como poderia ser realizado o documentário. Desta forma a participação da dirigente foi além de simples explicações sobre o terreiro, pôde ajudar o pesquisador, numa clara dimensão e importância da História Pública (construída para/por/pelo público), na construção do material, pois como enfatizava Paulo Freire (FREIRE, 1983, p. 17): “os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistiam em liberdade”. É nesse contexto, de trocas de experiências, que foi possível realizar o estudo e desenvolver o tema de pesquisa com o intuito de contribuir para o ensino de História.

O trabalho de campo começou em maio de 2017, quando, então, começamos a frequentar o terreiro e as sessões de Umbanda. O material recolhido para o documentário

ocorreu com a participação do dirigente do terreiro, dos médiuns e dos frequentadores do local. Iniciamos comparecendo em uma sessão, numa sexta-feira, onde foi observado como acontecia à ritualística, a dinâmica da incorporação das entidades e a chegada das pessoas que faziam parte da assistência.

**Figura 4.** Fachada do Templo.



**Fonte:** Arquivo de Alisson Machado, 2018.

O Templo<sup>22</sup> *Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Catarina/Ogum Beira Mar* localizado na Travessa número 1, Avenida Liberdade, número 137, dirigido atualmente pela Sr.<sup>a</sup> Lair Pereira de Lima, conhecida como Mãe Tita.<sup>23</sup> Nas sessões, as ritualísticas apresentam manifestações de contato com os espíritos ou entidades. Tais entidades se apresentam como caboclos, boiadeiros, marinheiros, baianos e outros. No templo é utilizada uma sineta (adjá)<sup>24</sup> para marcar os pontos, ou seja, os cantos e músicas de cada entidade, junto com o toque dos instrumentos musicais.

O Templo *Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* é um lugar pequeno, com portões simples, de PVC, possuindo um barracão, com bancos de madeiras organizados na horizontal, um pequeno banheiro, a cozinha e outras peças onde

<sup>22</sup> Segundo Cavalcanti Bandeira (BANDEIRA, 1973), as casas de cultos, no geral, são chamadas de: Centros, Grupos, Templos, Cabanas, Tendões espíritas ou espiritistas, Tupã- Oca; seguindo-se o nome de um santo ou orixá ou dos Guias Chefes da casa.

<sup>23</sup> Nomeada por "Tita", apelido carinhoso que recebeu do pai ainda na tenra infância (SANTOS, 2017, p. 92).

<sup>24</sup> De acordo com Bandeira (1973, p. 227), "o adjá, comumente usado, é uma sineta que sacudida, vibra como uma campainha, fazendo parte das reverências".

são guardados os materiais para as sessões e o salão principal, que traz o altar com as imagens santas. Bandeira (1973, p. 175) salienta que as construções vão desde as mais simples e adaptadas, barracões, salas isoladas no corpo de um apartamento, até edificações feitas e apropriadas à finalidade, inclusive edifícios de concreto armado com vários andares.

**Figura 5.** Imagem do Congá, década de 1980.



**Fonte:** Arquivo de Dona Lair, 2016.

**Figura 6.** Imagem do Congá, 2018.



**Fonte:** Arquivo de Alisson Machado, 2018.



No altar do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* conhecido como congá,<sup>25</sup> percebe-se a imagem de Jesus Cristo bem ao centro, e no entorno, imagens de santos católicos e outras representações de entidades umbandistas, além de velas, perfumes, flores e frutas. Do lado direito, ficam os instrumentos de percussão e alguns banquinhos. Na porta de entrada para os passes existe uma fonte com água e sobre esta, uma imagem de Iemanjá.

**Figura 7.** Banners com Hino da Umbanda e Prece aos Pretos Velhos.



**Fonte:** Arquivo de Alisson Machado, 2018.

Na parede da sala da assistência existe o Hino da Umbanda e a Prece do Preto Velho em um painel e o quadro de avisos. No salão principal existe a foto de Dona Eunice, que foi a fundadora do local e um pequeno altar de Tia Maria Catarina, uma preta velha que dá nome ao local. O chão do local é feito de parquê e lajota. A vestimenta dos médiuns é caracterizada por roupa branca: uma saia ou calça e uma blusa branca. Os filhos da casa organizam-se em duas fileiras no salão principal. À medida que vão chegando, cumprimentam-se uns aos outros e à dirigente da sessão.

A organização dos cultos do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* acontece, em síntese, da seguinte maneira: “preparação, invocação e incorporação das entidades, consultas aos espíritos incorporados nos seus

<sup>25</sup> O Congá é muito diversificado na sua apresentação de Templo em Templo, porém existem muitos elementos comuns caracterizando um altar umbandista. Está encimado por uma imagem de Cristo (Oxalá) raramente representado em crucifixo, salvo para o Senhor do Bonfim. Tem ainda muitas outras representações de Orixás e Santos Católicos (BANDEIRA, 1973, p. 176).

médiuns, despedidas e encerramentos dos trabalhos” (MEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 7). No momento da preparação, “acontece à saudação às imagens dos santos católicos e às imagens dos caboclos (MEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 7). Neste momento, um dos médiuns pede silêncio aos que estão na assistência, para que comece mais uma sessão. Durante a “preparação” há uma leitura de uma passagem do *Evangelho Segundo o Espiritismo* ou uma mensagem para os presentes no local. Como nos coloca Bandeira (1973, p. 196), “a prece é proferida pelo Diretor de Assistência Espiritual ou por alguém credenciado para tal”. No Templo pesquisado é o filho da dirigente que, na maioria das vezes, executa esta função de leitura e prece.

Nesse momento há o compartilhamento de experiências e reflexões. Cabe mencionar a afirmativa de Bandeira (1973, p. 196), de que a “continuação do preparo do ambiente por meio de explanação, doutrinária, filosófica, sobre a prática da Umbanda ou de moral e a declaração de abertura de trabalhos em nome de Deus” é prática recorrente. Acontecem ainda avisos, que servem para oferecer rifas, comunicar sobre os eventos do terreiro, entre outros.

Sobre a prática do ritual umbandista, Meira e Oliveira destacam que:

A Umbanda conseguiu juntar em si elementos díspares em seus cultos, acolhendo desde elementos de origem africana até mesmo grupos com influência oriental ou esotérica, como a linhagem da cultura cigana, utilizando-se de rituais como defumação, entoação de cantos ou orações (MEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 7- 8).

Começam os cantos, “pois, cada entidade possui a sua música, os seus pontos como são chamados na religião” (MEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 8) e após acontece à defumação de todos os presentes. A defumação é um ato fundamental na prática religiosa, sendo capaz de exprimir profundo fraternismo sincrético, uma vez que cobriria o ambiente e as pessoas com vestimenta áurica (BANDEIRA, 1973, p. 179).<sup>26</sup> Recorrem às plantas ao seu alcance, usando flores e resinas odoríferas, bem como madeiras e folhas, que exalam aromas sutis, ao serem queimadas, usando suas propriedades em seus rituais mágicos (BANDEIRA, 1973, p. 179).

Os primeiros a se defumarem são os médiuns. Dois médiuns abrem as portas do local (salão principal), onde acontece a incorporação e trazem a defumação. Para a defumação existe uma ordem, pelos bancos dos locais, até chegar à porta de saída. Quando isso acontece, um dos médiuns fica de responsável por defumar aqueles que chegaram durante a sessão. É entoado o canto para defumação, que é cantado por todos os médiuns e pelos participantes da assistência.

---

<sup>26</sup> Desde os tempos mais remotos, os homens em suas reuniões praticam o culto do fogo, com o qual buscam purificar os corpos e os locais sagrados, bem como suas mentes (BANDEIRA, 1973).

Sobre os efeitos da defumação, Bandeira (1973) propala que:

Procuram nas defumações, diversos sentidos, conforme os propósitos e intenções, pelas reações que resultam de suas estreitas ligações com as propriedades de cada planta; isso pelos seus efeitos, ao serem queimadas, sejam para “descarregar” as pessoas, os ambientes sagrados ou as residências, seja como meio de atrair as entidades e suas falanges, dentro de uma técnica de mistura de vegetais que dizem, simbolicamente, oriundos das “matas da Jurema”. Magnetizam as ervas e resinas, por meio de cânticos rituais, apropriados ao significado do ato, “é preciso preparar/ com incenso e benjoim/alecrim e alfazema/ eu defumo esses filhos/ com as ervas da Jurema”. (BANDEIRA, 1973, p. 180).

Nota-se que a defumação é realizada seguindo uma ordem no corpo da pessoa, a qual, segundo Cavalcanti Bandeira (1973, p. 181) “obedece a uma ritualística já consagrada”, iniciando “pela frente, em seguida pelos braços e pelas costas”. Para adentrar no salão principal, onde estão os médiuns incorporados com as entidades, são distribuídas fichas no início da sessão. Assim, quando já existe um bom número de entidades, uma das senhoras que fica responsável por pedir silêncio na assistência e pela distribuição das fichas, começa a chamar para a formação da fila. O objetivo é “tomar passe” e consultar com os espíritos incorporados nos médiuns. Célio Meira e Marília Oliveira (MEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 8) salientam que depois que os espíritos “baixaram”, como se diz na linguagem popular, isto é, incorporarem-se nos médiuns, dá-se início à fase seguinte, que é a de “consultas”.

Nota-se que algumas pessoas tiram os calçados ao entrarem no espaço onde estão as entidades e outras não. Esse hábito de tirar os calçados é observado entre as pessoas que frequentam a Umbanda há tempos. Em conversa que tivemos com alguns participantes, os mesmos dizem retirar os calçados por uma forma de respeito aos espíritos que estariam ali “trabalhando”. A retirada dos calçados também é uma orientação dos próprios umbandistas. Outro detalhe perceptível diz respeito ao não se encostar às paredes do local e manter pés e mãos descruzados; segundo uma senhora, em conversa informal, esta seria uma atitude para evitar que “entidades ruins”, que poderiam se fazer presentes durante a sessão, pudessem encostar-se a alguém e também para manter as boas vibrações que os orixás e espíritos trazem para os presentes.

Em relação ao uso de roupas brancas por parte dos médiuns, Bandeira (1973) diz que:

A cor branca refere-se a Oxalá, em todos os aspectos e sentidos, numa característica de pureza, sem mácula, e poder como vibração máxima, por ser síntese de todas as cores irmanadas, traduzindo nesse simbolismo o amor puro, o sentido de força suprema, como vértice de todos os campos de vibrações, como o Sol a iluminar o mundo, de quem tudo mais decorre ou é declinação desse poder (BANDEIRA, 1973, p. 234).

Observou-se que a incorporação aconteceu por meio dos cantos e ao som dos tambores, cuícas, pandeiros, agogôs e do adjá. Assim, as entidades vão aos poucos “chegando” e ocupando seus respectivos lugares no salão. Dependendo do que estão tocando no momento pode-se perceber através dos movimentos corporais, qual a entidade que está chegando ao médium. Os médiuns começam a agir caminhar e dançar de maneira diferente, já que estariam sob influência de determinados espíritos incorporados.

Em relação a gira e/ou dança que acompanha o ato de incorporação, Bandeira (1973) relata que:

Não é uma dança emotiva, tem um caráter abstrato, assumindo mais um aspecto de ato mágico para obter um campo de afinização vibratória. É uma coreografia apropriada a esse sentido, e que varia, em suas características, de acordo com a entidade para a qual é dirigida ou pela qual é executada. (BANDEIRA, 1973, p. 228).

Notou-se que cada médium, pouco a pouco, conforme a incorporação vai até o altar e prostra-se no chão para reverenciar seu orixá. Assim, quem está assistindo e já conhece a cosmologia umbandista, percebe a presença das entidades das matas pelos movimentos que realizam, como se carregassem flechas, e das entidades de Xangô, pelas danças e pelo movimento realizado pelo salão.

Às vezes é necessário que a dirigente arrume cada entidade na corrente, por onde passarão os presentes. Quem não incorpora continua na “corrente” mediúnica, auxiliando com palmas e cantando. Cada entidade possui um ajudante<sup>27</sup> do médium, que fica de responsável por auxiliar no seu “trabalho”, alcançando o que for do seu intento, como flores, perfumes, ervas, fitas, doces, rapaduras, etc.

Em relação às entidades da Umbanda, destacam-se os pretos-velhos. Eles parecem ser os primeiros da corrente e com seus cachimbos e ervas trazem, segundo a crença umbandista, uma palavra de luz e paz. Uma característica desta entidade é o de receitar “remédios caseiros” para aqueles que com eles conversam. A “consulta” no *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* é gratuita. Fica ao inteiro dispor de quem quiser ajudar, com velas, doces, brinquedos, flores...

---

<sup>27</sup> Trata-se dos “cambonos”. Conforme Meira e Oliveira (2014, p.8), num grau abaixo estão os ajudantes, especializados em diversas funções, como ajudar os médiuns, escrever e interpretar as receitas dadas pelas entidades durante o transe, cuidar da música, dos instrumentos musicais e da manutenção da ordem e do respeito na casa, vendo quem entra e quem sai do barracão, que é o local onde acontecem as festas ou sessões.

Ao final, depois que todos já haviam passado pela corrente, acontece a despedida e é entoado o ponto de “subida” de cada uma das falanges e o médium sai do transe que entrou, desincorporando. A dirigente vai médium por médium, sopra em seus ouvidos, chama pelo nome e este retorna a si. Após o médium vai até o congá e bate cabeça para seu orixá. Os médiuns de pé cantam os pontos de despedida ou subida.

*“Oxalá chamou  
e já mandou buscar  
os Caboclos da Jurema  
Pro seu juremá.  
Pai Oxalá  
é o rei do mundo Inteiro  
E já deu ordens pra Jurema  
chamar seus capangueiros  
Chamai chamai cabocla Jurema”  
os seus guerreiros  
Essa é a ordem suprema”.*<sup>28</sup>

Ao terminar a sessão a dirigente agradece a mais uma noite de trabalho. No terreiro, tal como ressalta Bandeira (1973, p. 197), há a declaração de encerramento dos trabalhos que deve ser feita em nome de Deus (ou Zambi), de Jesus (ou Oxalá), do Padroeiro da Casa, e do Guia-Chefe da Casa e de todos os trabalhadores invisíveis da Umbanda.

Na semana seguinte, acompanhamos uma sessão da linha do Oriente.<sup>29</sup> O antropólogo Ari Oro (ORO, 2008, p. 16) enfatiza que “segundo os umbandistas, tratava-se de entidades bondosas, bastante evoluídas e que transmitiam vibrações puras”. Referindo-se aos espíritos da linha do Oriente, Bandeira (1973) diz:

É uma fase luminosa que se projeta na Umbanda, na qual se procura receber a vibração e a influência dos Mestres do Oriente através de um ritual pontificado de suavidade, despertando emoções amenas por meio da projeção do pensamento como força e elevação na singeleza dessa magia envolvente, que age sobre a mente, num campo vibratório de essências e cores. (BANDEIRA, 1973, p. 171).

Essa sessão acontece nas quintas-feiras, quando são atendidas até sessenta pessoas, sendo um ritual realizado unicamente para fins de restabelecimento da saúde. Esta é realizada em uma sala separada, após a invocação e incorporação dos médiuns, as pessoas são

<sup>28</sup> Ponto de despedida ou subida. Retirado de Templo de Umbanda Caboclo Ubirajara. Disponível em: <<http://www.tucabocloubirajara.com/tag/ponto-de-subida>>. Acesso em: 19/10/2017.

<sup>29</sup> Segundo Oro (2008, p. 16) seus médiuns, incorporados, adotavam a postura corporal e os gestos dos povos do Oriente: chineses, indianos, árabes e ciganos. Hoje uma parte do “povo cigano” foi transformado em Linha de Exu. Quanto aos guias orientais, manifestam-se em poucas casas que trabalham com o que denominam de Junta Médica.

chamadas aos poucos. Individualmente, os espíritos dão o passe e apontam remédios. Se necessário terão que voltar outras vezes, para receberem mais passes, até que a entidade os libere. E, deste modo, finda-se a descrição da dinâmica de contato com o templo umbandista pesquisado, que objetivou destacar o funcionamento do ritual religioso e das experiências de crença lá vivenciadas. A próxima seção busca identificar, com mais detalhes, o terreiro e o seu funcionamento.

### 3.2. HISTÓRIA DO TEMPLO UMBANDISTA DE CARIDADE REINO DE OXUM, TIA MARIA CATARINA/OGUM BEIRA-MAR

A história do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* começa com a senhora Eunice Oliveira de Oliveira, mãe da atual dirigente dona Lair. Dona Eunice teria tido, desde criança, pressentimentos e visões de acontecimentos. Por seus pais serem metodistas, a mesma não podia desenvolver sua mediunidade. Dona Lair relata que certa vez, sua mãe fugira da casa dos seus pais para frequentar um terreiro. Anos depois, ao casar-se com o senhor Adroaldo de Oliveira, também não podia praticar sua religião, pois o mesmo não apreciava esta experiência religiosa. Mesmo assim, perseverante, em causa de sua fé, Dona Eunice fez de sua casa, um local para receber aqueles que necessitavam de ajuda. Seu terreiro era na sua própria casa, na Rua Presidente Rossevelt e após na Rua Doutor Lauro Dornelles e por último na Rua Allan Kardec, 78, todos na cidade do Alegrete. Estas casas seriam as primeiras referências ao atual tempo umbandista. Apenas a nomenclatura mudou. Se antes se chamava *Templo de Oxum*, atualmente, já em outro endereço, chama-se *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*.

Dona Lair também nos relata que o lugar onde se localiza hoje templo, era, anteriormente, um local com baias para cavalos, pertencendo ao senhor Carlos Leão. O mesmo emprestou para o Senhor Joãozinho Vargas, que tinha seu terreiro, nesse local. Então, anos mais tarde, Dona Eunice com sua filha (Dona Lair) e seu genro (Senhor Silas) recebeu a doação deste lugar. Foram os filhos de Dona Eunice que começaram uma campanha para arrecadar fundos para o melhor aproveitamento do local.<sup>30</sup>

#### 3.2.1. Funcionamento do terreiro

---

<sup>30</sup> Relatos feitos pela Dona Lair durante a entrevista.

Atualmente, as sessões acontecem semanalmente, nas quintas e sextas-feiras, a partir das 20h, sendo que nas quintas-feiras são distribuídas sessenta fichas a partir das 18h, visando exclusivamente atender àqueles que buscam encaminhamentos para a saúde. Os atendimentos são individuais e, nas sessões de quintas-feiras, ocorrem somente com trabalhos espirituais da linha do Oriente. Nas sextas-feiras acontecem sessões de todas as falanges da Umbanda, com possibilidade de passes mediúnicos<sup>31</sup> individuais e coletivos. O templo funciona a trinta anos na cidade do Alegrete e sua primeira dirigente, como já destacamos, foi Dona Eunice. Quem esteve na direção – e ainda se mantém até os dias atuais – foi Dona Lair, nossa entrevistada.

O terreiro funciona hoje com a participação de quinze médiuns, que geralmente chegam ao terreiro com 30 minutos de antecedência do horário de início das sessões. Observamos que é frequentado por pessoas da localidade e de bairros vizinhos (Vila Grande, COHAB Restinga, Sepé Tiarajú, Vila Prado), algumas noites registrando a presença de cerca de trezentas pessoas.

### 3.2.2. A dirigente do terreiro

Dona Lair Pereira de Lima nasceu e viveu sua infância no interior do Alegrete, juntamente com os pais e irmãos, até os sete anos de idade, quando perdeu a mãe e foi confiada aos cuidados das tias (SANTOS, 2017). Aos quatorze anos, conforme relata a historiadora Nangis dos Santos (SANTOS, 2017, p. 93), Dona Lair conheceu a senhora Eunice de Oliveira, quando estava à procura de trabalho. Dona Eunice precisava de alguém que cuidasse de crianças.

Através de Eunice, Lair conheceu a Umbanda, descobriu sua fé, que a levou a uma etapa inédita em sua vida. Ela foi batizada na religião umbandista no dia oito de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois. Desde então a relação das duas passou a ser oficialmente de mãe e filha, não apenas na conjectura religiosa, mas de forma abrangente. Ela sentia-se amparada, via em Eunice características que admirava como força, generosidade e ternura (SANTOS, 2017, p. 94).

---

<sup>31</sup> O passe é um dos métodos utilizados, principalmente nos centros espíritas, para o alívio ou cura dos sofrimentos das pessoas. Quando ministrado com fé, o passe é capaz de produzir verdadeiros prodígios. Têm como objetivo o reequilíbrio do corpo físico e espiritual. Porém, o seu efeito também dependerá do receptor do passe (assistente). É necessário que o “paciente assistido” esteja em sintonia com a espiritualidade presente, permanecendo em constante concentração e prece, mantendo bons pensamentos e vibrações. Disponível em: <<http://falangeirosdaaruanda-sefa.blogspot.com.br/2013/10/entendendo-o-passe-na-umbanda.html>>. Acesso em: 12/10/2016.

Quando dona Lair foi entrevistada contou que a Umbanda em Alegrete era muito “camuflada”, pois as pessoas eram perseguidas, chamados de bruxos e feiticeiros e em sua trajetória de vida sofreu muita discriminação na sociedade alegretense. Hoje se emociona quando relata sobre sua mãe que foi a fundadora do Templo e do trabalho que realizava frente à comunidade alegretense, mesmo com o preconceito. Dona Lair até os dias atuais realiza o trabalho que era desenvolvido por sua mãe, buscando auxiliar a comunidade mais carente do município. Relata que busca realizar trabalho de assistência social, com doação de roupas e alimentos aos mais necessitados. Desse modo, dona Lair enfatiza a caridade como prática umbandista: “Isto é caridade. Isto é Umbanda: ajudar aqueles que precisam”.

Ao relatar seu trabalho assistencial, dona Lair destaca que vai às escolas dos bairros, no Dia de São Cosme e Damião para distribuir doces, brinquedos e roupas para as crianças. No período em que sua mãe atuava no templo, realizavam festa no Natal e mobilizavam transporte para buscarem as crianças que moravam em localidades mais afastadas em relação ao templo, conforme se percebe na Figura 8. Através de doações dos frequentadores repassavam presentes natalinos.

**Figura 8.** Transporte das pessoas até o templo, década 1980.



Fonte: Arquivo Dona Lair, 2016.

Dona Lair enfatizou que seus filhos foram criados “dentro da religião” umbandista, sendo que participavam de todos os eventos realizados na escola e promovidos por outras confissões religiosas. Assim, diz que jamais obrigou seus filhos a seguissem a mesma fé, deixando-os livres para decidirem a religião que queriam professar. Atualmente, seu filho, André Orguissa, juntamente com ela, são os responsáveis pelo Templo.



### 3.2.3. Cenas do documentário

O documentário: *Umbanda do terreiro para a aula de História* mostra cenas das ritualísticas umbandistas desenvolvidas no *Templo Umbandista de Caridade de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, da cidade do Alegrete/RS, bem como as relações sociais, religiosas e comunitárias desenvolvidas neste templo religioso, um dos mais antigos da cidade. O documentário tem o propósito de apresentar-se como possível recurso didático e pedagógico para o ensino de História.

O documentário permite uma possível interpretação sobre as relações entre religiosidade afro-brasileira e ensino de História, a partir de problematizações que considerem a Umbanda importante para ser utilizada no ensino de História. Para uma melhor interpretação do documentário, quem for utilizá-lo em sua sala de aula: deverá ler a presente dissertação, pois apenas oferecemos uma forma de incluí-lo no ensino de História, a maneira que será utilizado e os questionamentos ficam a cargo do professor que irá realizar o trabalho.

### 3.2.4. Principais personagens do documentário

- ✓ Dirigente do terreiro (entrevista)
- ✓ Médiuns
- ✓ Participantes da comunidade

### 3.2.5. Equipe, técnicas e equipamentos utilizados na gravação

A técnica utilizada para gravação do documentário foi de cinematografia DSLR, edição não linear (digital). Edição via pacote Adobe Creative Cloud<sup>2017</sup> Adobes Premiere CC. Os equipamentos usados foram: câmeras DSLR linha CANON EOS, sensor APSC, Objetivas Sigma F-2, 8 IS, vtripés hidráulicos e para o áudio foi um gravador TASCAM, microfones shotgun e lapela SONY Workstation edição: Proc. Intel I7, 16Gb RAM, Vídeo NVídea 2GB. A gravação do documentário produzido foi gravado em DVD e se encontra anexado na Dissertação.

O documentário foi gravado e editado por Alisson Machado, que possui experiência em produções de vídeos.

### 3.2.6. Roteiro do documentário

**Quadro 1.** Descrição dos pontos essenciais que constam no documentário produzido, por cena, contexto e texto.

<b>Cena</b>	<b>Contexto</b>	<b>Texto</b>
1 - Abertura	Passará quem fez a roteirização e os créditos iniciais. A música de abertura será um ponto cantado e apresentará uma tela escura no fundo com o título do documentário. Algumas imagens da sessão, com enfoques diferentes de tela, com objetos e pessoas que fazem parte da sessão (fotos), juntamente com a descrição da universidade, curso e orientador.	Haverá uma nota de abertura que salientará entre alguns pontos: onde o documentário foi realizado (único terreiro), o período das entrevistas (meses que foi gravado), o ano que foi realizado e mais algumas informações pertinentes ao documentário.
2 - Imagens da sessão no terreiro	Continuará a música de abertura. Aparecerá cena de uma vela e dos médiuns no momento da incorporação e da formação da corrente. Ao fundo escuta-se a música e a sineta. Objetos como vela, ervas, guias fazem parte dessa cena. A cena termina focando os pés dos médiuns.	(Sem narração).
3 - Umbanda na opinião popular	Ambiente ao ar livre, no caso as ruas da cidade de Alegrete aparecerão as pessoas respondendo ao questionamento. Aparecerão os barulhos do ambiente. Narrador: - O que é Umbanda? Entrevistado: Resposta	Somente a narração dos entrevistados.
4 - Como tudo começou!	Haverá uma nota de abertura com o nome do Templo: <i>Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar</i> . Será apresentada a fachada e a frente do Templo e logo após a senhora Lair, conhecida como Mãe Tita. Aparecerá a imagem de Mãe Tita, sentada em uma cadeira na frente do mesmo para dar sua entrevista. Surgirá uma tela preta, com o dizer: O Começo. Após essa irá falar sobre como começou sua vida religiosa.	Para falarmos sobre o tema, fomos até o <i>Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar</i> entrevistar a senhora Lair, conhecida como Mãe Tita, que está localizado na Travessa número 1, Avenida Liberdade, número 137, na cidade do Alegrete, Rio Grande do Sul. Durante a entrevista, Mãe Tita salienta sua passagem de vida dentro da Umbanda.
5 - Mostrando o Templo	Nessa cena, começaremos pela frente do local, onde Mãe Tita mostrará o interior do mesmo, onde são realizadas as sessões e para que serve cada uma das peças do Templo. Será mostrado o ambiente externo e o interno do Templo. Será apresentado o altar, focando nele em uma das partes dessa cena. Desde a assistência, cozinha e salão principal, com destaque em algumas imagens, que existem no local.	Com o intuito de conhecermos a Umbanda e suas práticas rituais, retornamos ao Templo. Acompanhamos Mãe Tita, que nos apresenta o terreiro.
6 - Início da sessão	Fachada do Templo. Recepção das pessoas. Parte da assistência. Bancos e pessoas.	Acompanhamos mais uma sessão. Aos poucos, os frequentadores do local vão chegando e acomodando-se nos bancos da assistência. Enquanto não chega o momento do silêncio, os frequentadores interagem entre si.
7 - Leitura da mensagem	Senhora de pé, com uma folha na mão irá proferir a mensagem da noite e passar os avisos sobre o local.	É proferida uma mensagem. As pessoas escutam com atenção as palavras, que fazem parte da preparação do ambiente religioso e da abertura dos trabalhos umbandistas.

8 - Surgimento do lugar onde está o Templo	Ambiente externo. Mãe Tita sentada (parte da entrevista). Aparecerá na cena Mãe Tita falando sobre o surgimento do mesmo.	Quando foi fundado o Templo? Quem fundou?
9 - Início da sessão	Em duas fileiras, no ambiente interno, Mãe Tita organiza os médiuns da casa. Imagem com o som baixo.	A organização dos cultos do Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar acontece na seguinte sequência: preparação do ambiente, invocação e incorporação das entidades, consultas aos espíritos incorporados nos seus médiuns, despedidas e encerramento. No momento da preparação, acontece a saudação às imagens que estão no Congá, o altar sagrado. Na invocação, o tambor toca e os médiuns cantam até incorporarem as entidades espirituais.
10 - Defumação	Ambiente interno. Abordará a cena da defumação.	A defumação é a queima de ervas secas em brasa. Na crença umbandista, a fumaça dissipada com a defumação elimina as energias negativas do ambiente e das pessoas. É um dos atos iniciais da prática religiosa umbandista, permitindo uma melhor fluidez dos trabalhos espirituais.
11 - Incorporação	Fachada interna no salão principal com os médiuns no início dos trabalhos. Nesse momento a narração será referente ao trabalho em si.	Na noite de trabalho umbandista, os médiuns vão chegando, fazendo reverências e saudando as entidades. O salão principal já está preparado para o desenvolvimento do ritual religioso.
12 - Entrevista na rua	Ambiente externo. Entrevista com a senhora que enfatizou mais sobre Umbanda.	Resposta da entrevistada.
13 - O que é Umbanda?	Ambiente externo. Mãe Tita irá responder esse questionamento.	Será a resposta da entrevistada.
14 - Passes	Ambiente interno. Mostra-se o momento que as pessoas da assistência entram no salão principal para receber o passe.	Na crença umbandista, o passe é a troca de energia entre o humano e o espiritual e pode ocorrer com a utilização de ervas e plantas.
15 - Despedida	Ambiente interno. Os médiuns saindo da incorporação.	No encerramento, preces e agradecimentos são realizados. Para os médiuns, mais uma etapa de experiência religiosa compartilhada no terreiro. Mais uma noite de “caridade” que se encerra.
16 - Mensagem da dirigente	Ambiente externo. Mãe Tita concluindo com a mensagem que foi solicitada na entrevista.	Com narração.
17 - Créditos	Finalização do documentário.	Sem narração.

**Fonte:** Autoria própria, 2018.

### 3.2.7. Documentário: versão final.

O documentário foi construído através da entrevista com a senhora Lair e com o questionamento sobre o significado da Umbanda, na intenção de que esse material seja útil para a sala de aula e principalmente utilizado pelos professores de história, pois segundo Pereira (2011, p. 9) “o ensino de História possui papel relevante, na construção da cidadania e na emancipação social e política dos sujeitos”. Dessa maneira, o conhecimento histórico considera diferentes povos e culturas em diferentes espaços e temporalidades na singularidade

de suas manifestações (PEREIRA, 2011, p. 9). O documentário então viria como contribuição ao entendimento de que a história também é processo vivido e que os sujeitos do presente são sujeitos históricos, ou seja, “a História seja entendida como o resultado da ação de diferentes grupos, setores ou classes de toda a sociedade” (PEREIRA, 2011, p. 12).

Com isso, para iniciarmos o trabalho, a primeira questão levantada foi: como seria a entrevista que resultasse na organização do documentário?<sup>32</sup> Onde seria realizada? De que forma aconteceria? Há meses estávamos em contato com Mãe Tita. Optamos, então, por uma entrevista na frente do Templo, afinal era o local onde Mãe Tita estava diretamente presente. Assim acertado e combinado, a entrevista foi realizada numa sexta-feira, antes do início de uma sessão, referenciando assim, o espaço do terreiro e nos aproximando mais da realidade vivenciada por ela e por todos os sujeitos que frequentam aquele espaço. A entrevista já estava semiestruturada, ou seja, “perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Mãe Tita respondeu a todos os questionamentos propostos durante a gravação da entrevista e enfatizou alguns pontos que foram importantes para a construção desse documentário, que vem ao encontro de Boni e Quaresma (2005, p. 77) quando salientam que “a entrevista deve proporcionar ao pesquisado bem-estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas e quando isso ocorre surgem discursos extraordinários”.

Mãe Tita, após a entrevista, deixou-nos à vontade para a gravação das cenas. Como nosso tempo era pouco no dia e as pessoas que frequentam o terreiro já estavam chegando, gravamos somente a entrevista e a sessão. E retornamos em outro dia para gravarmos a apresentação do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, pois, tendo em vista o que salienta Melo (2002, p. 28), “as informações obtidas por meio do documentário [...] são tomadas como “lugar de revelação” e de acesso à verdade sobre determinado fato, lugar ou pessoa”. Desse modo, enfatizar a apresentação do local seria importante para aqueles que desconhecem a religiosidade umbandista e o trabalho desenvolvido para além das ritualísticas.

No dia que realizamos a visita e a apresentação do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar* começamos a gravar no ambiente externo do Templo e convidamos Mãe Tita para apresentar o terreiro. Nessa ocasião surgiram outros questionamentos, além da entrevista que fizemos. Resolvemos então, deixar as

---

<sup>32</sup> Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 72), “a entrevista, como coleta de dados sobre um determinado tema científico, é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo”.

respostas (e as imagens), da parte da apresentação do Terreiro, pois se considera segundo Boni e Quaresma (2005, p. 73) que “esses relatos fornecem um material extremamente rico para análise. Neles se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual”.

Por fim, filmar em um terreiro umbandista e apresentar a vivência de seus frequentadores e médiuns, sua ritualística na busca de levar para o ensino de História seria não apenas refletir, mas também, como salienta Flor e Botelho (2010, apud MOURA, 2017, p. 109), “agir no sentido de promover a valorização dos saberes articulados no chão do terreiro e erigir espaços de inclusão nos ambientes dos quais foram historicamente excluídos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação procurou apresentar possibilidades de reflexões sobre religiosidades afro-brasileiras para a construção do conhecimento histórico escolar a partir da produção de um documentário, passível de ser acionado enquanto material didático na aula de História. Cremos na possibilidade de que o documentário possa ser útil tanto na disciplina História, quanto para a comunidade em geral, na medida em que propõe um meio de divulgação e conhecimento da religiosidade umbandista contemporânea.

A produção do documentário objetivou contribuir com a desmistificação e minimização dos preconceitos e/ou interpretações equivocadas que circulam socialmente sobre a religião umbandista. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema trabalhado a fim de conhecer e entender quais abordagens sobre as religiosidades afro-brasileiras estão sendo produzidas na atualidade.

Para além do documentário em si, cremos que o texto escrito da dissertação poderá contribuir para as aulas de História, na medida em que desenvolve alguma abordagem da historicidade da Umbanda no Brasil, no Rio Grande do Sul e na cidade do Alegrete.

Especificamente sobre Alegrete, a ênfase do documentário e do texto recaiu sobre um único terreiro. A partir deste terreiro, buscamos compreender e apresentar desde a “preparação” do local para as sessões, até características da ritualística. Com observação participante e entrevistas, realizamos inúmeras visitas à Mãe Tita – a dirigente do terreiro – e as conversas informativas se tornaram constantes. Desse modo, construíamos um conhecimento prático e empírico sobre a religiosidade umbandista, e buscávamos informações sobre o templo e sobre a Umbanda em Alegrete,<sup>33</sup> pois, até o momento, pouco se conhece a respeito do “surgimento” da Umbanda na cidade.

O documentário ficará disponível no NEABI, do Instituto Federal Farroupilha, Campus Alegrete, à disposição dos professores de História, para a construção de conhecimento sobre a Umbanda, aspectos históricos, simbólicos e suas configurações culturais.

Durante as gravações fomos bem recepcionados pelos frequentadores e pelos médiuns do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, que demonstraram bastante interesse pelo trabalho.

---

<sup>33</sup> Tudo que sabemos sobre a Umbanda em Alegrete foi escrito por Bolívar Marini, através de relatos, inclusive de Mãe Tita, para seu trabalho de conclusão da Licenciatura em História com o título “Umbanda em Alegrete: origens e fundamentação”.

No entanto, o mesmo respaldo que tivemos pelos frequentadores do Templo, não obtivemos na rua quando gravamos o documentário, onde diversas pessoas se negaram, quando convidadas a gravarem sua opinião sobre o que seria a Umbanda. Percebemos, então, durante as gravações na rua, que havia certo receio em comentar ou emitir opinião sobre a Umbanda (e os motivos podem ser de diversas ordens); alguns diziam não querer apresentar uma distorção do que seria a Umbanda.

Foram quatro pessoas que cordialmente se dispuseram a dar sua opinião sobre o assunto proposto. Notamos pelo relato que alguns desconhecem e outros têm apenas uma ideia do que é feito e praticado em um terreiro. Considera-se então a dificuldade de conseguir sujeitos dispostos a dialogar sobre o tema: uma pergunta apenas, mas poucas pessoas aceitando respondê-la.

Em relação às gravações ocorreram bastantes dificuldades, mas a principal foi à negação dos sujeitos. Houve mudanças também no roteiro; anteriormente não enfatizávamos o desconhecimento das práticas que ocorrem nos terreiros. Procuramos então, colocar cenas significativas e explicativas sobre o funcionamento de um terreiro, uma apresentação do local, juntamente, com a apresentação do lugar. A montagem se fez depois de dois roteiros e apenas no terceiro salientamos como ficaria o documentário. O título do documentário foi alterado, para fazer jus às cenas do mesmo e escolhido após assistirmos a pré-edição, onde colocamos os sons e as falas.

Para a dirigente do *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar*, o documentário representou mais uma conquista, considerando que alcançou, segundo ela, o objetivo de informar o que é a religiosidade umbandista, como são suas práticas e os seus rituais. Para Mãe Tita o documentário veio contribuir para tentar retirar das pessoas o preconceito pelo desconhecimento. Também para essa dissertação, que de alguma forma tentou abranger um universo religioso desconhecido por muitos.

O documentário então mostra como acontece uma sessão umbandista no oeste do Rio Grande do Sul, deixando claro que as sessões variam de terreiro para terreiro e cada um tem sua forma de organização, trazendo explicações sobre a ritualística utilizada, o local onde acontece e as suas motivações.

O papel das religiões afro-brasileiras, em especial a Umbanda, ressaltada nessa dissertação, deixa claro que estas ocupam um papel importante no ensino de História e dentro da cultura africana e afro-brasileira, que tenta um rompimento com a intolerância religiosa e o preconceito. Percebe-se que, mesmo com a Lei 10.639 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana, existe ainda, na prática, certa resistência das pessoas em falarem sobre religiosidade, em especial, pelo desconhecimento do assunto.

A história da Umbanda, no oeste do Rio Grande do Sul, na cidade do Alegrete, em um Templo Umbandista está apenas no começo, e muito mais pode ser contado e compartilhado. Mas espera-se que, nesse início, com essa dissertação, tenha se produzido um rico material que contribua para a continuidade de trabalhos sobre as religiões de matrizes afro-brasileiras, dentro ou fora da sala de aula, como possibilidade de conhecimento sobre a trajetória histórica de religiões como a Umbanda, especialmente no ensino de História.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: Méier e Prazer. **Revista Espacialidades (Online)**, 2008, vol.1, nº 0. Disponível em: <<http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v1n0/entrevista.pdf>>. Acesso em: 30/07/2017.

BAIRRÃO, José Francisco Miguel; PAGLIUSO, Lígia. Luz no caminho: corpo, gesto e ato na Umbanda. **Revista Afro – Ásia**, n. 42, p. 195-225, 2010. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA\\_42\\_LPagliarius\\_JFMHBairrao.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_42_LPagliarius_JFMHBairrao.pdf)>. Acesso em: 12/10/2016.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. Do terreiro para as escolas. In: XXVI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho. **Anais...** Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2024/rachel%20rua%20baptista%20bakke.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2024/rachel%20rua%20baptista%20bakke.pdf)>. Acesso em: 31/03/2017.

BANDEIRA, Cavalcanti. **O que é a Umbanda**. Editora Eco. 2ª edição. Rio de Janeiro/RJ. 1973.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia**. Brasília/DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01.pdf>>. Acesso em: 02/02/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 02/02/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº10. 639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>. Acesso em: 20/02/2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **EM TESE - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan./jul. p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>>. Acesso em: 12/07/2018.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica. **Revista Mestrado em História**, v. 12, n. 1, jan./jun. p. 71-84, 2010. Disponível em:

<[http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A\\_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf](http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahistoriaculturaafro.pdf)>. Acesso em: 13/03/17.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Candomblés: como abordar esta cultura na escola. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 102, ano IX, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/7738/4810>>. Acesso em: 02/02/2017.

DIAS, Rodrigo Francisco. Em busca da definição: mas afinal... O que é mesmo documentário? de Fernão Pessoa Ramos. **Revista de História e Estudos Culturais/ FENIX**, v. 6, ano VI, n. 2, abr./mai./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Resenha\\_1\\_Rodrigo\\_Francisco\\_Dias.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Resenha_1_Rodrigo_Francisco_Dias.pdf)>. Acesso em: 19/02/2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. 2013 V.2, n° 4, P. 19-34. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/viewFile/90/70>>. Acesso em: 14/04/2018.

DILMANN, Mauro. Abordagens possíveis do ser religioso, do manifestar da fé, e do viver experiências de crença: religiões e religiosidades a partir da história ensinada. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 24, p. 221-246, abr./jun. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, 1987.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. EAD, série de Educação a Distância. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. 1ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 16/02/2017.

HIPÓLITO, Paulo. Candomblé: razões de sua abordagem na sala de aula. **Revista Urutáguia – Acadêmica Multidisciplinar**, n. 23, p. 53-60, jan./fev./mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/9234/6623>>. Acesso em: 14/03/17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Estudo e Pesquisa. **Informações Demográficas e Socioeconômicas**. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das Condições de vida da População Brasileira, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 03/02/2017.

ISAIA, Artur Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano I, n. 3, p. 95-105, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf2/texto%206.pdf>>. Acesso em: 20/03/2017.

\_\_\_\_\_. Ordenar progredindo: A obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do Século XX. **Revista Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 7, n. 11, p. 97-120, 1999. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6544/3896>>. Acesso em: 14/06/2017.

JURUÁ, Padrinho. **“A manifestação do espírito para a caridade”**: as origens da Umbanda II. Coletânea Umbanda. São Caetano do Sul: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. 2500p. Disponível em: <<http://www.umbanda.com.br/phocadownload/livros/AS%20ORIGENS%20DA%20UMBANDA%20II.pdf>>. Acesso em: 28/03/2017.

LIA, Cristine Fortes. História das religiões e religiosidades: contribuições e novas abordagens. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História UFRGS**, v. 4, n. 11, p. 549-563, set. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/31208>>. Acesso em: 17/02/2017.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibraim. MOLDURAS DE UMA CIDADE: NARRATIVAS, HISTÓRIA E DOCUMENTÁRIO. In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibraim; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História & documentário**: artes de fazer, narrativas fílmicas e linguagens imagéticas. 1ª ed. São Paulo: Verona, 2015. p. 6-38.

MALANDRINO, Brígida Carla. Macumba e umbanda: aproximações. In: X Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões, “Migrações e Imigrações das Religiões”. **Anais...** Assis: ABHR: 2008. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2008/12/malandrina-brigida.pdf>>. Acesso em: 09/01/2017.

MARINI, Bolívar Schlottfeldt. Umbanda em Alegrete – Origem e fundamentação. Monografia apresentada à Banca Examinadora da Universidade da Região da Campanha Alegrete – URCAMP. Dez/2010. 68 p. Disponível em: [http://www.academia.edu/10084797/Monografia\\_-\\_UMBANDA\\_EM\\_ALEGRETE\\_-\\_ORIGENS\\_E\\_FUNDAMENTA%C3%87%C3%83O](http://www.academia.edu/10084797/Monografia_-_UMBANDA_EM_ALEGRETE_-_ORIGENS_E_FUNDAMENTA%C3%87%C3%83O). Acesso: 22/11/2016.

MEIRA, Celio Silva; OLIVEIRA, Marília Flores Seixas de. Legado africano no Brasil, do candomblé à umbanda: um estudo de caso em Poções/Bahia. *Diversidade Religiosa*, v. 1, n.1, 2014 ISSN 2317-0476. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/view/18168>. Acesso em 22/06/2017.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. O documentário como gênero audiovisual. *Revista da UFG.Comun. Inf.*, v. 5, n. 1/2, p.25-40, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24168/14059>. Acesso em 09/02/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOURA, Beatriz Martins. **“Aqui a gente tem folha”**: Terreiros de religiões de matriz africana como espaços de articulação de saberes. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Brasília: UnB, 2017. 134 p. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23460/1/2017\\_BeatrizMartinsMoura.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23460/1/2017_BeatrizMartinsMoura.pdf)>. Acesso em: 27/06/2018.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, v. 5, n. 1-2, p. 113-122, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v5n1-2/0103-2070-ts-05-02-0113.pdf>>. Acesso em: 22/06/2017.

NETO, Sydenham Lourenço; RAMOS, Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. **AEDOS - Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-graduação em História UFRGS**, v. 6, n. 15, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/download/50931/32258>>. Acesso em: 14/03/2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf>>. Acesso em: 18/09/2018.

OLIVEIRA, José Henrique Motta. **Entre Macumbas e o Espiritismo**: uma análise do discurso dos intelectuais de umbanda durante o Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 165p. Disponível em: <<http://www.paiantonio.com.br/download/ENTREAMACUMBAEOESPIRITISMO.pdf>>. Acesso em: 27/05/2017.

ORO, Ari Pedro. As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. **Debates do NER – Núcleo de Estudos da Religião**, Porto Alegre, ano 9, n. 13 p. 9-23, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/viewFile/5244/2975>>. Acesso em: 03/03/2017.

PAULO, Adriano Ferreira de. Religiões afro-brasileiras e a educação: intolerâncias no ensino de história. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 174, p. 67-78, nov., 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/28964/15517>>. Acesso em: 02/04/2017.

PEREIRA, Jean Carlos Cerqueira. O Ensino de História nas Séries Iniciais. In: X Jornada do HISTEDBR. História Sociedade e Educação no Brasil. História da Educação: Intelectuais, Memória e Política. 2011. **Anais...** Feira de Santana: UESB, 2011. p.1-15. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/VOvTHqqQ.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/VOvTHqqQ.pdf)>. Acesso em: 08/07/2018.

PEREIRA, Rogério Amaral. O portal da Umbanda: um estudo sobre o lugar sagrado na cidade do Rio Grande/RS. **Caderno de Estudo e Pesquisa Turística. Curitiba**, v. 1, p. 105-122, jan./dez. 2012. Disponível em: [www2.pucpr.br/reol/index.php/turismo?dd99=pdf&ddl=7037](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/turismo?dd99=pdf&ddl=7037). Acesso: 13/12/2016.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica: 2009. 233 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>. Acesso em: 05/02/2017.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal...** O que é mesmo documentário? São Paulo: SENAC/SP, 2008. 447p.

RIBEIRO, Jonatas Roque. História e ensino de história: perspectivas e abordagens. **Revista Educação em Foco**, n. 7, ano 9, p. 1-7, 2013. Disponível em:

<[http://www.unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/educacao\\_foco/artigos/ano2013/setembro/ensino\\_historia.pdf](http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2013/setembro/ensino_historia.pdf)>. Acesso em: 02/04/2017.

ROHDE, Bruno Faria. Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista. **REVER – Revista de Estudos das Religiões**, p. 77-96, mar. 2009. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv1\\_2009/t\\_rohde.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde.pdf)>. Acesso em: 20/12/2016.

\_\_\_\_\_. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. In: V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura Faculdade de Comunicação. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19445.pdf>>. Acesso em: 17/02/2016.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira de. **A invenção da alva nação umbandista**: a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Dourados. Dourados: UFMGS, 2004. 109p.

SANTOS, Nangis Liedke Bernardes dos. História Oral, Memória e Reflexão. In: SOLTAU, André Marcos Vieira (Org.). No Tempo. 1ª Ed. Itajaí: Traços e Capturas, 2017. p. Acesso em: 19/11/2017.

SANTOS, Renato Barbosa. dos; SANCHES, Mario Antônio. Cultura e religião: suas peculiaridades e efeitos na parentalidade. In: Jornada Interdisciplinar de Pesquisa em teologia e Humanidades. **Anais...** Paraná: PUCPR, 2011. Disponível em: <[www2.pucpr.br/reol/index.php/3jointh?dd99=pdf&dd1=7726](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/3jointh?dd99=pdf&dd1=7726)>. Acesso em: 17/02/2017.

SANTOS, Suellen Jane dos; SILVA, Ana Enedi Prince. A utilização de vídeos e documentários como metodologia diversificada no ensino de História. In: XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica/XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação/VII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Júnior. **Anais...** Campos do Jordão: Univap, 2013. Disponível em: <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2013/anais/arquivos/RE\\_0705\\_0978\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2013/anais/arquivos/RE_0705_0978_01.pdf)>. Acesso: 25/04/ 2017.

SCHEIMER, Maria Delfina Teixeira. Ensino de História e a prática educativa: projetos interdisciplinares. In: V CINFE – Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Maio de 2010. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2010. Disponível em: <[http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo\\_tematico10/ENSINO%20DE%20HISTORIA%20E%20A%20PRATICA%20EDUCATIVA.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico10/ENSINO%20DE%20HISTORIA%20E%20A%20PRATICA%20EDUCATIVA.pdf)>. Acesso em: 02/04/2017.

SERRAZES, Karine Elizabeth. Fundamentos e Métodos do Ensino de História: algumas reflexões sobre a prática. In: XXII Encontro Estadual de História. História: da produção do espaço público. De 1-4 de setembro de 2014. **Anais...** Santos: ANPUH, 2014. p. 1-10. Disponível em: <[http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1399843734\\_ARQUIVO\\_ANPUH2014.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1399843734_ARQUIVO_ANPUH2014.pdf)>. Acesso em: 20/02/2017.

SILVEIRA, Lueci da Silva. Tecendo falas e problematizando olhares no cotidiano escolar: a compreensão dos alunos do ensino médio no estudo das religiões afro-brasileiras. **Revista do LHIESTE - Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 1, n. 1, p. 92-112, jul./dez. 2014. Porto Alegre, RS. Acesso: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/49277/33212>>. Acesso em: 07/02/2017.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A Umbanda brasileira e a desconstrução de uma memória coletiva africana. **Revista de História da UEG**, v. 3, n. 1, p. 143-162, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/2108/1874>>. Acesso em: 26/04/2017.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. Refletindo sobre os documentários no ensino de História. In: II Congresso Internacional de História da UFG. **Anais...** Jataí: UFG, 2011. p.1-7. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2054.pdf>>. Acesso em 30/05/2017.

VALLADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, p. 153-155, fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a12v2263.pdf>>. Acesso em: 12/03/2018.

ZABARTO, Jaqueline. O ensino de História e as representações sobre as religiões afro-brasileiras no Ensino Médio. In: VII Colóquio Ensino Médio História e Cidadania, Eixo temático III: Disciplinas escolares ("disciplinas-saber"). **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2613/1995>>. Acesso em: 23/05/2017.

## FONTES

Fraternidade Socorrista Mãe Yemanjá e Baiano Zeferino. Disponível em: <<http://www.maeyemanjaebaianozeferino.com.br/pontoscantados/aberturadetrabalho/paberturaadetrabalho.htm>>. Acesso em: 12/02/2017.

Jornal GGN. Disponível em: <<http://jornalgggn.com.br/blog/luisnassif/os-primeiros-teologos-umbandistas>>. Acesso em: 13/03/2017.

Jornal Alegrete Tudo. Disponível em: <<http://alegretetudo.com.br/umbandistas-comemorandia-da-religiao-no-coletivo-multicultural/>>. Acesso em: 15/06/2017.

Prefeitura Municipal de Alegrete. Disponível em: <<http://www.alegrete.rs.gov.br/site/leis/2-374-2015-1.pdf>>. Acesso em 25/06/2017.

Pontos de Umbanda. Disponível em: <<http://www.pontosdeumbanda.com.br/pretosvelhos/ponto-de-preto-velho-estava-durmindocambina-me-chamou.html>>. Acesso em 26/06/2017.

Templo de Umbanda Cabloco Ubirajara. Disponível: <<http://www.tucaboclobirajara.com/tag/ponto-de-subida/>>. Acesso: 09/06/2017.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

**Roteiro de perguntas pré-definido para a realização da entrevista com a dirigente do terreiro. As questões foram respondidas no contexto do documentário.**

1. Quando foi fundado o *Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Catarina/Ogum Beira-Mar*? Quem fundou?
2. E quando foi fundado: houve preconceito frente a ser um centro de Umbanda? Quais os preconceitos vividos ao longo desses anos?
3. Como à senhora vê as contribuições de sua religião para as pessoas que frequentam seu terreiro?
4. Existe alguma prática de caridade material para a comunidade, alguma assistência prestada pelo terreiro? O que é feito? Como é feito?
5. Estamos realizando um documentário, destacando a importância da aprendizagem a respeito da prática religiosa umbandista no ensino de História. Em sua opinião, enquanto religiosa, qual a importância de se estudar e aprender sobre a Umbanda?
6. Vários estudos apontam para a persistência da intolerância religiosa na sociedade brasileira. Em sua opinião, o que ainda justifica a existência da intolerância religiosa? O que é possível ou necessário fazer para vivermos em uma sociedade mais tolerante?
7. Qual a mensagem que a senhora, poderia nos deixar sobre a religiosidade Umbandista para as pessoas que assistirão esse documentário?



## APÊNDICE B

### "AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, VOZ E RESPECTIVA CESSÃO DE DIREITOS (LEI N. 9.610/98)

Pelo Laia Pereira de Lima presente Instrumento Particular, eu,  
Laia Pereira de Lima  
 RG. n. 6130940131 SSP-SP e do CPF/MF n.  
803.580.630-00 residente e domiciliado na  
Rua: Bento Manoel nº 1171

responsável pelo **Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/Ogum Beira-Mar**, por este e na melhor forma de direito, AUTORIZO, de forma gratuita e sem qualquer ônus, à pesquisadora **Viviane Bilhalba Cruz**, a utilização de imagem e de trabalhos desenvolvidos, vinculados em material produzido na oficina de produção de vídeo tais como: fotos, vídeos, entre outros, em todos os meios de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), televisiva (propagandas para televisão aberta e/ou fechada, vídeos, filmes, entre outros), radiofônica (programas de rádio/podcasts), escrita e falada, Internet, Banco de dados informatizados, Multimídia, "home vídeo", DVD, entre outros, e nos meios de comunicação interna, como jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem.

Através desta, também faço a CESSÃO a título gratuito e sem qualquer ônus de todos os direitos relacionado à minha imagem e ao Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Maria Catarina/ Ogum Beira Mar, bem como autorais dos trabalhos, desenvolvidos, incluindo as artes e textos que poderão ser exibidos, juntamente com a minha imagem ou não e do Templo Umbandista de Caridade Reino de Oxum, Tia Catarina/Ogum Beira-Mar.

A presente autorização e cessão são outorgadas livres e espontaneamente, em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretroatável, e por prazo indeterminado, obrigando, inclusive, eventuais herdeiros e sucessores outorgantes.

E por ser de minha livre e espontânea vontade esta AUTORIZAÇÃO/CESSÃO, assino em 02(duas) vias de igual teor.



Alegrete, 02 de julho de 2018.  
Laia Pereira de Lima

Nome: <u>Laia Pereira de Lima</u>
Endereço: <u>Rua Bento Manoel nº 1171</u>
Cidade: <u>Alegrete/RJ</u>
RG Nº: <u>6130940131</u>
CPF Nº: <u>803.580.630-00</u>
Telefone para contato: <u>(55) 3426-4153</u>
Nome do representante legal (se menor):



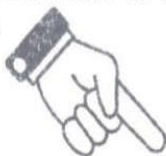
## APÊNDICE C

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

EU Laír Pereira de Lima CPF: 803.580.630-00  
\_ RG: 6130940131 autorizo o uso de minha imagem

sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de conclusão do Mestrado Profissional de História da FURG/Rio Grande – RS e em outros locais quando necessário.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Home Page; (II) CARTAZES; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a títulos de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.



Laír de Lima

Assinatura

Alegrete, 02 de julho de 2018.

1º TABELIONATO SOUZA  
Rua Luiz de Freitas, 47 - Alegrete - RS - CEP 97541-349 - Fone: (55) 3422-2589 - Fax: (55) 3422-5355  
Tabelião: Antonio Jorge Lima Barcellos de Souza

Reconheço por semelhança a firma de LAIR PEREIRA DE LIMA, Dono de  
EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Alegrete, 2 de julho de 2018

VALDIR CAMARGO CRISTALDO - 2º Substituto do Tabelião  
Emol: R\$ 4,60 + Selo digital: R\$ 1,40 0747.01.1800001.36889

1º TABELIONATO SOUZA  
Valdir Camargo Cristaldo  
Substituto do Tabelião

## APÊNDICE D

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, vídeos sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho de Conclusão do Mestrado Profissional em História da FURG/ Rio Grande e em outros locais quando necessário.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home Page; (II) cartazes; (III) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Nome	RG
Lara Neri Bustamante Sá	12.400.4834-3 Lara Neri B. Sá
Ana Cláudia de Rosa Medeiros	489.640.500.53 Cláudia
Ruciane Kélan Rodrigues	8109209927 Ruciane Kélan
Adão Osório Almeida Trindade	1037007182 Adão Trindade

2º Tabelionato Blaskesi  
**Bel. MARIA ELIANE BLASKESI SILVEIRA**  
Rua Luiz de Freitas, 24 - Fone (55) 3472.3300 - CEP 97541-350 - Alegrete / RS

**AUTENTICAÇÃO**

AUTENTICO a presente cópia reprográfica por conferir com o original apresentado, do que dou fé.

Alegrete, 02 de julho de 2018  
 Leonardo da Mota Paím  
 Substituto da Designada - J

Emol: R\$ 4,60 + Selo digital: R\$ 1,40 - 1748.01.1800003.05704

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

2º Tabelionato Blaskesi  
 Alegrete - RS  
**Leonardo da Mota Paím**  
 Substituto da Designada